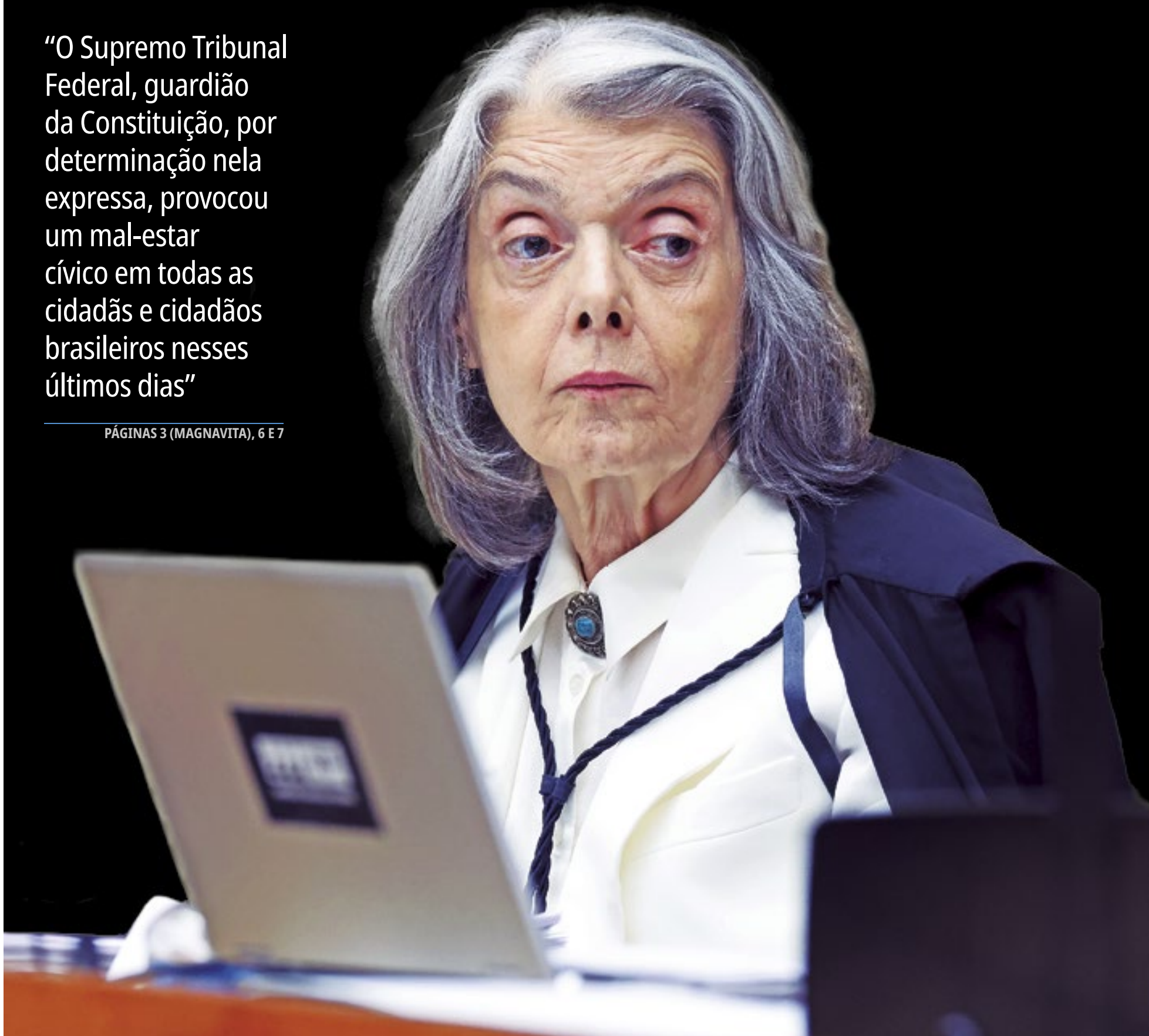


MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: 'PEÇO DESCULPAS AO POVO BRASILEIRO' SUPREMA LUCIDEZ

"O Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, por determinação nela expressa, provocou um mal-estar cívico em todas as cidadãs e cidadãos brasileiros nesses últimos dias"

PÁGINAS 3 (MAGNAVITA), 6 E 7





CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Lula tem 38% e Flávio Bolsonaro 34% em nova pesquisa nacional Indexa

TÂNIA RÊGO E MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

■ O presidente Lula aparece com 38% das intenções de voto, contra 34% do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), em nova pesquisa nacional do instituto Indexa. Em uma eventual disputa de segundo turno entre os dois, o cenário é ainda mais apertado: Lula registra 43%, e Flávio, 42%.

■ O levantamento, ao qual a coluna teve acesso, foi realizado entre os dias 10 e 13 de setembro e ouviu 2 mil eleitores por telefone. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-03482/2026.

■ No cenário estimulado de primeiro turno, o escritor Augusto Cury aparece em terceiro lugar, com 6%. Ronaldo Caiado tem 4%, Renan Santos marca 3% e Romeu Zema, 1%. Os demais nomes testados não chegam a 1%.

■ Outros 4% afirmaram que não



Pesquisa mostra Flávio com 46% e Lula com 45% no segundo turno

iriam votar, 6% disseram que votariam em branco ou nulo e 4% não souberam ou não quiseram responder.

SEGUNDO TURNO TEM EMPATE TÉCNICO

■ O cenário mais equilibrado testado pela Indexa é justamente um eventual segundo turno entre Lula e Flávio Bolsonaro. O petista tem 43%, e o senador, 42%, diferença de apenas um ponto percentual e dentro da margem de erro.

■ Na rodada anterior, Lula tinha 46%, e Flávio, 41%. Dessa forma, enquanto o presidente oscilou três pontos para baixo, o senador avançou um ponto, reduzindo a distância de cinco para um ponto.

■ Contra outros nomes, Lula abre vantagem maior. O presidente marca 45% contra 34% de Zema; 43% contra 39% de Caiado; e 45% diante dos 35% de Renan Santos. Em um confronto com Augusto Cury, Lula aparece com 41%, ante 39% do escritor.

Antes de fala no STF, Dino citou venda de sentenças em caso de R\$ 90 milhões

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL

■ O ministro Flávio Dino (STF) já havia citado investigações sobre venda de sentenças envolvendo magistrados ao analisar uma disputa por terras com imóvel avaliado em R\$ 90 milhões. A decisão foi tomada em março, meses antes de Dino afirmar, nesta terça-feira (15), que o Judiciário vive o momento mais corrupto de sua história e mencionar novamente a venda de decisões judiciais.

■ Durante sessão do STF, Dino afirmou que nunca havia visto tanta corrupção no sistema de Justiça brasileiro. A manifestação ocorreu durante as discussões sobre os processos relacionados ao Banco Master e à possível investigação do ministro Alexandre de Moraes.

■ “Não existe venda de sentença sem um advogado comprando. Não existe corrupção passiva sem corrupção ativa”, afirmou Dino. O ministro também disse que o país atravessa o “momento mais corrupto da história do Poder Judiciário”.



O ministro do STF Flávio Dino citou corrupção no judiciário

■ Meses antes da declaração, Dino abordou o tema da corrupção judicial ao analisar uma disputa fundiária em Porto Seguro, na Bahia. Na decisão, de 3 de março, o ministro mencionou investigações sobre um esquema de corrupção e grilagem no sul do estado envolvendo três magistrados, com suspeitas de manipulação de registros imobiliários.

■ Segundo Dino registrou na decisão, as investigações já haviam levado ao

afastamento dos três magistrados, que, juntos, seriam proprietários de 101 imóveis em praias da região.

■ O caso citado por Dino envolve suspeitas de agiotagem, venda de sentenças e grilagem de terras. Ao mencionar a investigação, o ministro afirmou que as suspeitas recomendavam cautela e a preservação da situação registral dos imóveis até que a cadeia de propriedade fosse completamente esclarecida.

■ Um dos imóveis alcançados pela disputa foi avaliado pela Justiça Federal em R\$ 90 milhões.

■ O ministro determinou a suspensão de atos de expropriação e ordenou à Justiça Federal de Eunápolis que adotasse medidas para esclarecer a legitimidade dos títulos imobiliários.

■ Durante a apuração, o Estado da Bahia informou ao STF que não conseguiu localizar, nem em suas bases digitais nem no acervo físico, o processo administrativo de regularização fundiária que teria dado origem a um dos títulos analisados. Por isso, naquele momento não era possível confirmar a autenticidade do processo e do título apresentados.

■ Diante das dúvidas, Dino determinou que a Vara Federal de Eunápolis realizasse novas diligências para identificar uma das áreas e esclarecer sua relação com as demais matrículas.

PINGA-FOGO

■ NO SHOW DE HORRORES DO STF, A LUCIDEZ DE CÁRMEN LÚCIA - A sessão de hoje no Supremo foi um circo de horror: Quebra de decoro, quebra de hierarquia, falta de respeito entre os pares, jogo combinado para fazer eclodir um vergonhoso pedido de vistas. Coube a única mulher do colegiado trazer a lucidez e ser a porta-voz do sentimento de vergonha que o país estarecido assistia.

■ A ministra e ex-presidente do STF, Cármen Lúcia, não mediu as palavras ao afirmar “eu estou nesta sessão, como talvez muitos de meus colegas, em estado de profunda consternação e tristeza. Estou triste, não apenas pelo tema que nos traz aqui, que teria sido aquele a ser decidido, mas porque este Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, por determinação nela expressa, provocou, acho, um mal-estar cívico em todas as cidadãs e cidadãos brasileiros nesses últimos dias.”

■ Não há síntese melhor do que constatar que o STF causa um mal-estar cívico ao povo brasileiro. A tropa de choque colocada na corte por Lula, especialmente o seu ministro de bolso, Flávio Dino, quebrou toda a liturgia ao despudoradamente atacar o presidente do Supremo. Ele reduziu a figura, não do colega ministro Edson Fachin, mas da cadeira de presidente do Supremo, a pó. Foi um vandalismo verbal semelhante aos vândalos do oitavo de janeiro. Faltou com absoluto respeito à presidência da corte, aproveitando da fleuma de homem cordato do atual ocupante para massacrar qualquer ética de cordialidade.

■ CÁRMEN LÚCIA, A ÚNICA TOCADA PELA VERGONHA? - Invocando e restabelecendo a liturgia ao cargo de presidente, a ministra Cármen Lúcia foi novamente o lampejo de sanidade naquele show de horrores ao afirmar: “eu me sinto, e estou falando apenas por mim, quem fala pelo Supremo é a vossa Excelência Presidente, eu me sinto um pouco até envergonhada, presidente, de, num momento em que o Brasil está a menos de 20 dias da eleição, estarem todos voltados a questões do Supremo, que são questões processuais, em parte, com muita expressão e com questões graves mesmo, mas nós não garantimos o rigor e a serenidade, que no meu papel de cidadã de juízo eu deveria ter, talvez, ajudado mais a promover. O Poder Judicial existe para tranquilizar o povo e nós geramos intranquilidade, acho, e essa é a minha percepção.”

■ Vale repetir: “O Poder Judicial existe para tranquilizar o povo e nós geramos intranquilidade, acho, e essa é a minha percepção”. Cármen Lúcia foi buscar inspiração no jurista alemão Rudolf von Ihering. Em sua célebre obra clássica de 1872, intitulada A Luta pelo



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA



@columamagnavita

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF



A única mulher do colegiado foi a porta-voz do sentimento de vergonha a que o país estarecido assitia nesta terça-feira

Direito, ele sintetizou esse pensamento com a famosa frase: “O fim do Direito é a paz, o meio de que se serve para consegui-lo é a luta.”

■ O que assistimos hoje é a inversão deste pensamento. A Suprema Corte de um país continental como o Brasil sendo transformada em um ringue de terceiro nível, com ofensas pessoais e manobras para esconder um verdadeiro dolo de toda a confusão: um ministro da própria corte que teve o escritório da sua família contratado por R\$ 131 milhões, ou seja, US\$ 26 milhões de dólares, e acusado de falar em conversas privadas com um contratante na véspera de ele ser preso.

■ A TROPA DE LULA VANDALIZOU A IMAGEM DO STF - Quem é a tropa de choque que saiu em defesa do ministro ligado ao contrato milionário da sua família e acusado de ter conversas privadas com o contratante? O primeiro deles é o novato do STF, o ministro Flávio Dino, ex-ministro de Lula, ex-governador do Maranhão e ex-senador. Colocado por Lula que tirou seu nome do bolso do colete. Quem é o segundo? O advogado e afilhado do presidente Lula, Cristiano Zanin, que ganhou a indicação para o STF pelo seu sucesso como patrono do presidente. O decano do STF, ministro Gilmar Mendes entra em campo como o defensor mor do ministro Alexandre de Moraes, o pivô da inédita suspeição pela existência de um contato que foi remetido ao Conselho de Ética da OAB-DF e que o ajuda sair das cordas. O pedido de vista feito por Dino joga a crise no STF no colo do presidente Lula.

■ QUEM DEVERIA PEDIR DESCULPAS SÃO OS VÂNDALOS - Voltando à lucidez da ministra Cármen Lúcia, ela emociona ao fazer um ato de contrição pública dizendo: “portanto, eu queria, se eu fui omissa, já disse isso ao ministro Alexandre, já disse isso ao ministro André, estou repetindo a vossa Excelência, se eu, como juíza desta casa, devesse ter me conduzido, talvez, com uma postura diferente para poder ter ajudado mais para evitar isso, eu estou pedindo desculpas à vossa Excelência, pedindo desculpas a todos os colegas por não ter ajudado a que a gente superasse tudo isso de uma maneira mais rápida. Eu peço desculpas ao povo brasileiro, por talvez ter esperado de mim uma postura diferente, mas acho que todos nós aqui queríamos a mesma coisa, que era de tentar resolver e as questões não foram resolvidas e foram crescendo demais.”

■ Naquele salão, a dignidade da única Dama com toga ministerial se manifesta: “eu peço desculpas ao povo brasileiro”. Na verdade, quem deve desculpas ao povo brasileiro são os protagonistas deste show de horrores, que discutem rituais processuais impensados. Quem imaginaria que um ministro de uma Suprema Corte de um país da importância do Brasil estaria revisando no computador da própria STF um contrato de US\$ 26 milhões de dólares do escritório da sua família e estaria sendo acionado - como será apurado em um provável investigação - pelo contratante com medo de ser liquidado ou preso?

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF



Alexandre de Moraes durante o julgamento

■ MORAES PRESIDENTE DO STF EM 2027 É AGRAVANTE - Um paradoxo na lamentável sessão desta terça, 15 de setembro de 2026, com ministros dos STF desrespeitando e atropelando a autoridade do presidente da corte. Cada vez que o ministro Alexandre de Moraes falava, a TV Justiça o identificava como vice-presidente do STF. É uma lembrança e ao mesmo tempo um agravante ao julgamento. Quem está envolvido no manto de suspeição é o ministro que ocupa hoje a vice-presidência e que em outubro de 2027 será o presidente do Supremo. Como o contrato com o banco existe e foi levado ao Conselho de Ética da OAB-DF e as mensagens do bloco de notas com o contratante estão sincronizadas com as chamadas para o número do ministro, são necessárias explicações. Existem agravantes neste caso. O corpo que encarnava a credibilidade do STF está estendido em plena praça dos Três Poderes, coberto por jornais e com velas acesas, esperando que seja recolhido. Enquanto isso se discute no plenário do STF se ele estava vivo ou morto antes de ser atropelado pelo veículo do contratante.

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

‘Supremo provocou mal-estar cívico’

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi quem melhor traduziu o resultado da sessão da Corte desta terça-feira, 15, que discutiu o envolvimento de alguns de seus membros com Daniel Vorcaro, ex-dono do Banco Master.

Além de ter dito que o STF “provocou um mal-estar cívico em todos os cidadãos e cidadãos” devido ao bate-boca público entre seus integrantes, Cármen Lúcia se mostrou “profundamente envergonhada”. Ela pediu “desculpas ao povo brasileiro que talvez tenha esperado de nós algo diferente”.

A ministra lembrou que o país está a 19 dias da eleição do futuro presidente da República e de governadores, senadores e deputados federais. “O povo brasileiro deveria estar concentrado na eleição geral e em decidir seu destino, mas as discussões sobre o Supremo passaram a dominar os lugares que frequentava e os telejornais”, reclamou.

Tudo porque nada foi decidido na sessão desta terça-feira – marcada para votar se seria ou não aberta investigação sobre o envolvimento do ministro Alexandre de Moraes com Daniel Vorcaro. Terminou sem decisão.

Oficialmente foram registrados dois votos a favor do início da investigação (Edson Fachin e André Mendonça) com três contrários (Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin). Flávio Dino pediu vista e deixou claro que seu voto será contra, mas Luiz Fux e Cármen Lúcia anteciparam formalmente o apoio à investigação. Ficou uma placar final

FERNANDO MOLICA

Jornalista e Escritor

A seletividade de Mendonça

Notícias publicadas manhã de ontem e dados revelados no Supremo Tribunal Federal apontam para uma atuação parcial do ministro André Mendonça. Diferentemente do que fez em relação a Alexandre de Moraes — suspeito de graves irregularidades — Mendonça não havia divulgado informações sobre supostas relações impróprias de Daniel Vorcaro com outros ministros do STF ou com parentes destes.

A lista inclui Dias Toffoli, Kássio Nunes Marques e Luiz Fux. Os episódios só vieram à tona depois da entrega a outros ministros, na noite de segunda, de informações que vinham sendo mantidas em sigilo por Mendonça.

Também ontem, o ministro Flávio Dino solicitou investigação sobre Mendonça. Lembrou que o encontro do colega com Vorcaro, em março do ano passado, ocorreu no dia seguinte ao início de votação, no STF, de processo que tratava da concessão de serviços funerários em São Paulo, tema que era de interesse do Master.

Quando o tema foi retomado, o ministro — segundo Dino, que relatou o caso — votou de acordo com os interesses de empresas concessionárias. Em setembro, o Iter, instituto fundado por Mendonça, assinou com a prefeitura contrato, sem licitação, no valor de R\$ 380 mil. No último dia 3, Mendonça anunciou seu afastamento da instituição.

As suspeitas que recaem sobre quatro outros ministros do STF em nada amenizam o caso de Moraes, o contrato de R\$ 131 milhões assinado pelo Master com o escritório de Vivian

de quatro a quatro, o que deverá fazer com que Fachin, como presidente da Corte, vote novamente para desempatar. Nunes Marques e Dias Toffoli não votaram.

O grupo de Alexandre de Moraes foi contrário ao início da votação. Propôs que, junto, fosse discutida a atuação de André Mendonça como relator. Segundo Moraes, o ministro o perseguiu e promoveu vazamentos seletivos. Os dois bateram boca. Mas foi contra Gilmar Mendes que André Mendonça mais se exaltou. Fux também teve momentos de exaltação contra Flávio Dino e Gilmar Mendes.

Gilmar acusou Mendonça de “um inequívoco viés político-eleitoral na forma como os autos foram conduzidos nesse inquérito. Escolha de data, 7 de setembro, envolvendo essa Corte em campanha eleitoral. Isso não se faz. [...] Evidente que se trata de um ‘pixuleco’, de um boneco eleitoral. É disso que nós estamos falando”. Mendonça xingou o ministro aos gritos de “leviano, leviano”.

Para o governo, o resultado não foi bom. O Palácio do Planalto torcia para que os ânimo se acalmassem. Já os bolsonaristas avaliam que a crise do STF os beneficia, pois o clima ruim tem atingido a popularidade do presidente da República, segundo as pesquisas de intenção de voto.

Os bate-bocas eram esperados, na medida em que os ministros se prepararam para uma guerra na sessão. Mas também havia especulações sobre a possibilidade de um acordo e até de que acabassem não conseguindo chegar a lugar nenhum.

Intitulada “Pode acontecer tudo no STF, inclusive nada”, esta coluna ontem terminou com a seguinte avaliação: “Daí porque pode ocorrer tudo na sessão desta terça-feira. Inclusive nada. Ou um pedido de vista.”

ne Barci de Moraes, mulher do ministro, é, por si só, escandaloso.

Ontem, Moraes negou que tenha mantido conversas comprometedoras com Vorcano, o que caminha na direção oposta das apurações feitas pela Polícia Federal. Segundo o ministro, as mensagens encontradas no celular do ex-banqueiro não provam a existência de um diálogo com ele.

A versão apresentada por Moraes ressalta a necessidade de ele ser investigado, seu celular e seus computadores precisam ser revirados. Mas não seria razoável deixar de fora ministros igualmente suspeitos de receberem favores do banqueiro. Chega a ser assustador ver que, dos dez integrantes do STF, cinco — a metade — sejam suspeitos.

Não vale estabelecer uma hierarquia entre os casos, o de Moraes veio à tona antes dos demais por uma decisão do próprio Mendonça. Foi ele, no último dia 24, a pouco mais de um mês da eleição, que determinou à Polícia Federal a realização de um apanhado de investigações que, sabia, iriam chegar a Moraes. Ele não poderia desconhecer algo que era de domínio público desde março.

Ao destacar o caso de Moraes e, pelo visto, deixar de lado os que envolviam outros colegas, Mendonça abriu margem para a acusação de ter agido movido por interesses eleitorais. Indicado para o STF por Jair Bolsonaro e até hoje próximo do clã, Mendonça não poderia ignorar que a exposição do ex-relator dos processos contra golpistas seria capaz de prejudicar a candidatura do presidente Lula à reeleição.

Terrivelmente evangélico, o ministro parece não ter levado fé na capacidade de reação de colegas; depois de apontar o dedo para Moraes, é obrigado a encarar indicadores em sua direção.

EDITORIAL

Cármen Lúcia, a cidadã brasileira no Supremo

A fala da ministra Cármen Lúcia nesta terça-feira (15), durante o julgamento no Supremo Tribunal Federal, ultrapassou os limites de uma manifestação jurídica. Em um momento de forte tensão institucional, ela trouxe ao plenário uma combinação rara de firmeza, lucidez e emoção ao reconhecer que a própria Corte precisa refletir sobre o ambiente que ajudou a criar. Cármen afirmou estar profundamente triste e chegou a dizer que se sentia envergonhada diante do que classificou como um “mal-estar cívico” provocado pelos acontecimentos recentes.

O mais significativo de sua manifestação, porém, foi a disposição de olhar para dentro. Ao dizer que o Judiciário existe para tranquilizar a população, mas que o Supremo acabou produzindo intranquilidade, a ministra colocou em palavras um sentimento que ultrapassa as disputas entre grupos políticos e as interpretações jurídicas que cercam o julgamento.

Não se trata de negar a importância do Supremo, tampouco de questionar sua função constitucional. Ao contrário. Quanto maior a responsabilidade de uma instituição, maior deve ser sua capacidade de reconhecer os momentos em que sua atuação passa a ser percebida com desconfiança por parte da sociedade. Independência judicial não pode significar isolamento. E autoridade não deve ser confundida com infalibilidade.

Cármen também defendeu que o magistrado não pode se deixar conduzir pelo “clamor público”, reafirmando a necessidade de independência para decidir. Essa é uma distinção fundamental: ouvir a sociedade é diferente de submeter-se às pressões da opinião pública. O juiz deve decidir conforme a Constituição e as leis, mas a instituição à qual pertence não pode ignorar a confiança daqueles em nome de quem a Justiça é exercida.

Em uma sessão marcada por divergências, interrupções e momentos de elevada tensão, a manifestação da ministra acabou funcionando como um chamado à serenidade. Talvez a principal mensagem deixada por Cármen Lúcia tenha sido justamente a mais simples: instituições democráticas também precisam reconhecer seus próprios limites.

Pedir desculpas, admitir desconforto e demonstrar emoção não diminuem a autoridade de uma magistrada. Podem, ao contrário, revelar a dimensão humana de quem compreende que decisões tomadas dentro de um tribunal produzem consequências muito além de suas paredes.

Num país tão dividido e submetido diariamente ao ruído das redes sociais, dos discursos inflamados e da disputa política, a serenidade não é sinal de fraqueza. É uma necessidade democrática. E a fala de Cármen Lúcia, ao lembrar que o Supremo deve contribuir para pacificar, oferece uma reflexão que deveria alcançar não apenas os ministros da Corte, mas todas as instituições brasileiras.

OPINIÃO DO LEITOR

Ano Litúrgico

Agosto foi o mês das vocações, setembro é mês da Bíblia, outubro será mês das missões. Assim segue o Ano Litúrgico, destacando aspectos da vida e missão da Igreja.

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal



Alfredo Lopes, presidente do HotéisRIO; Sophie Barbara (Santa Teresa MGallery); Carolina Mescolin (JW Marriott Rio); e Nilo Sérgio, subsecretário de Turismo

Segurança e turismo no encontro dos gerentes-gerais do HotéisRio

O secretário de Segurança Urbana do Rio, Brenno Carnevale, apresentou no Fórum dos Hotéis Cinco Estrelas, promovido pelo HotéisRIO, nesta terça-feira, 15 de setembro, um balanço dos seis primeiros meses da Força de Elite da Guarda Municipal. Criada em 15 de março, a estrutura passou a atuar no combate a furtos e roubos, após mudança na legislação pelo STF que ampliou as possibilidades de atuação das guardas. Segundo Carnevale, são 22 áreas de alta incidência criminal na Zona Sul, Centro e Zona Oeste. No período, foram 1.248 prisões e centenas de apreensões de armas, motos e objetos roubados. Até o fim do ano, a previsão é chegar a 950 agentes nas ruas. A proposta, segundo ele, é ampliar a presença preventiva da Guarda no Rio. O encontro dos gerentes-gerais dos hotéis cinco estrelas foi realizado no Santa Teresa MGallery, em Santa Teresa.

Nilo Sérgio recebe homenagem no fórum

O Fórum dos Hotéis Cinco Estrelas homenageou o subsecretário de Turismo do Estado, Nilo Sérgio Félix. Decano do setor, ele foi lembrado pela trajetória dedicada ao desenvolvimento do turismo fluminense e brasileiro. Emocionado, Nilo recordou momentos da hotelaria nas últimas décadas, entre eles a criação do “Rio é de Vocês”, em 1988. Também destacou a amizade com Alfredo Lopes, presidente do HotéisRIO. Nilo iniciou sua trajetória no turismo há décadas e construiu uma relação próxima com diversos nomes do setor.



Nilo Sérgio Félix com Alfredo Lopes, presidente do HotéisRIO

Força atua até três da manhã

Carnevale afirmou que a Força de Elite da Guarda Municipal busca ocupar horários considerados vulneráveis. Em muitas áreas, os agentes permanecem nas ruas até as 3h, período em que outros patrulhamentos podem estar desguarnecidos. Segundo o secretário, a estratégia tem como foco reforçar a prevenção e alterar a dinâmica de furtos e roubos. “O ideal não é prender, mas inibir”, disse. A avaliação foi apresentada no encontro com representantes dos principais hotéis do Rio.

Novo hotel mira público LGBTQIA+ no Rio

Renata Haje, da Tryst Hospitality, apresentou o projeto do The Tryst Ipanema, novo hotel voltado ao público LGBTQIA+. O empreendimento terá 18 andares e 140 quartos, com inauguração prevista para dezembro de 2027. Haje iniciou a carreira no turismo trabalhando com Nilo Sérgio na Turis-Rio. O fundador do grupo, Tristan Schukraft, afirma querer contribuir para fortalecer a presença do Rio no cenário internacional.

Condolências

O Governo do Estado do Rio de Janeiro manifestou pesar pelo falecimento do Sr. Waldir Araujo Castro, pai do jornalista Cláudio Magnavita, publisher do Correio da Manhã. Em mensagem dirigida ao jornalista, o governo estadual destacou a solidariedade à família neste momento de luto e desejou força diante da perda.

Solidariedade

Confira a nota na íntegra, a seguir: “Ao jornalista Cláudio Magnavita, O Governo do Estado do Rio de Janeiro manifesta profundo pesar pelo falecimento de seu pai, Waldir Araujo Castro. Neste momento de luto, expressamos nossa solidariedade a você e aos seus familiares, desejando serenidade e força diante desta irreparável perda. Governo do Estado do Rio de Janeiro”.

Novo embaixador

Zeca Pagodinho foi nomeado Embaixador da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil. O título foi entregue pela ministra Fernanda Machiavelli, em nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante agenda em Xerém, Duque de Caxias. O sambista recebeu ministros e parlamentares no Instituto Zeca Pagodinho.

Café e cacau

A nova etapa do projeto do Instituto Zeca Pagodinho prevê o cultivo de café e cacau em uma área de 21 mil metros quadrados, ao lado da horta comunitária de 8 mil m². Durante a atividade, Zeca e a deputada federal Talíria Petrone plantaram mudas de café no espaço destinado à produção.

Produção crescente

A Horta Urbana Xerém I, do Instituto Zeca Pagodinho, já produziu 2,2 toneladas de alimentos e atende cerca de 10 mil famílias. A meta é alcançar 40 toneladas por ano. O projeto também utiliza a mão de obra de agricultores formados pelo instituto em parceria com a UFRRJ e a Embrapa.

Homenagem

O prefeito de Itatiaia, Kaio Márcio, homenageou os bailarinos do projeto Eco Dance que representaram o município no Festival Dança América do Sul, realizado em Foz do Iguaçu. Os integrantes receberam certificados em reconhecimento aos resultados conquistados na competição. O encontro marcou o reconhecimento do município ao desempenho dos bailarinos



Pesquisas divergem sobre a posição de Lula nas eleições

Pesquisa CNT/MDA aponta vantagem de Lula na disputa

Por outro lado, metade dos eleitores declararam desaprovam o presidente

Por **Gabriela Gallo**

Após o levantamento da Pesquisa Quaest apontar uma leve vantagem para o candidato à Presidência e senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na corrida eleitoral para o Palácio do Planalto em outubro, nesta terça-feira (15) a Pesquisa CNT/MDA registrou a vantagem para o presidente e candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva (PT), tanto no primeiro turno eleitoral quanto em um segundo turno entre os dois principais candidatos. Segundo o levantamento, caso o primeiro turno das eleições ocorresse hoje, Lula teria 40,5% das intenções de votos e Flávio Bolsonaro registraria 30,4% dos votos. Em seguida na pesquisa estimulada de primeiro turno (que mostra todos os candidatos ao cargo) está o escritor Augusto Cury (Avante) que contabiliza 6% das intenções de voto, seguido do ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado (PSD) com 3% dos votos, Renan Santos (Missão) com 2,7% dos votos e o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema (Novo) com 1% dos votos. Além disso, segundo o levantamento da CNT, todos os cenários de segundo turno com todos os seis principais

nomes da corrida eleitoral para a Presidência da República apontam vitória para Lula. Em um eventual segundo turno entre o petista e Flávio, Lula teria 47,3% dos votos e o candidato do PL 40% dos votos. Neste cenário, 10,2% dos entrevistados declararam que votariam nulo e 2,5% estão indecisos. Nos demais cenários de segundo turno, Lula teria: 45,3% dos votos contra 38,4% dos votos para Augusto Cury; 46,4% contra 37,3% para Ronaldo Caiado; 47,3% contra 33,9% dos votos para Renan Santos; e 47,7% dos votos contra 34,5% para Romeu Zema. Apesar da vantagem do petista nos cenários eleitorais, a pesquisa reforça que a rejeição da população para Lula e seu terceiro mandato seguem elevadas. Questionados pelo levantamento, 49,7% dos entrevistados disseram que desaprovam o presidente Lula, 45,9% aprovam o atual chefe de Estado e 4,4% não soube responder. A pesquisa de intenção de votos presidenciais foi contratada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT) em parceria com o Instituto MDA Pesquisa. Foram entrevistados presencialmente 2.002 eleitores. A margem de erro é de 2,2 pontos.

Cármén Lucia declarou-se "envergonhada" como que assistiu na sessão de bate-boca do STF



Bate-boca expõe divisão no STF e adia decisão sobre caso Moraes

Sessão termina sem definição sobre investigação, após acusações entre ministros

Por **Beatriz Matos e Rudolfo Lago**

Durante todo o dia, enquanto assistia aos seus colegas trocarem insultos e acusações. A ministra Cármén Lúcia permaneceu calada. Ao final, depois que o ministro Flávio Dino pediu vista adiando uma decisão final, Cármén Lúcia finalmente usou sua palavra, quando o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, pediu que os demais antecipassem seus votos, apesar do pedido de adiamento de Dino. E Cármén Lúcia, então, declarou-se envergonhada: "Peço desculpas ao povo brasileiro".

O Supremo Tribunal Federal (STF) entrou nesta terça-feira (15) no plenário para decidir se havia elementos para avançar sobre as suspeitas envolvendo Alexandre de Moraes no caso Master. Saiu, horas depois, sem uma decisão e com as divergências internas expostas em público. Interrupções, acusações diretas, questionamentos sobre a condução da própria Presidência e trocas de palavras



Tensão e trocas de insultos marcaram toda a sessão do Supremo

em tom elevado transformaram uma sessão que poderia ser histórica em mais um capítulo da crise entre integrantes da Corte.

A análise terminou suspensa depois de Flávio Dino pedir vista, mais tempo para examinar o processo. O ministro terá até 90 dias para devolver o caso ao plenário. Antes dis-

so, o STF havia chegado a um placar de 4 a 3 pela rejeição da proposta de reunir os processos envolvendo Moraes e André Mendonça. Como Dino retirou o voto que havia dado pela reunião ao pedir vista, prevaleceu provisoriamente a vantagem dos que defendem a análise separada: Edson Fachin, André Mendonça, Luiz

Fux e Cármén Lúcia. Gilmar Mendes, Moraes e Cristiano Zanin votaram pela reunião dos processos.

O pedido de vista adiou justamente a definição que havia levado os ministros ao plenário: se as informações obtidas a partir do celular de Daniel Vercaro justificam ou não a abertura de investigação con-

tra Moraes. Mas, antes que a Corte chegasse a esse ponto, o próprio rito tomou conta da sessão.

QUESTÃO DE ORDEM

A principal disputa processual começou com uma questão de ordem formulada por Dino e levada ao plenário por Gilmar Mendes. Dino questionou a decisão de Fachin de assumir processos que antes estavam sob relatoria de outros ministros e sustentou que não existe avocação de processos entre integrantes do STF. Segundo ele, os magistrados são iguais entre si, ainda que um deles exerça a Presidência.

Dino encaminhou a questão a Gilmar por ele ser o decano da Corte e explicou que a proposta não era simplesmente interromper a análise. "A proposta da questão de ordem que o ministro Gilmar vai abordar não é que a gente suspenda o julgamento, é que a gente cumpra o regimento", afirmou.

Gilmar assumiu a discussão e defendeu que ela fosse enfrentada antes da coleta

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF

ROSINEI COUTINHO/STF



Dino pediu vista, interrompendo o julgamento em 4 a 3

dos votos na Petição 16.662. A proposta era reunir essa ação à Petição 16.704, que trata das acusações relacionadas à atuação de Mendonça, determinar nova distribuição dos processos e abrir prazo para manifestação da PGR e dos magistrados citados.

“Trago, portanto, essa questão como matéria cujo enfrentamento, a meu ver, deve anteceder a coleta dos votos na Pet 16.662, pautada para esta sessão extraordinária”, disse Gilmar.

A movimentação colocou Fachin no centro da própria controvérsia. O presidente havia defendido que os casos de Moraes e Mendonça fossem examinados separadamente e votou contra a reunião dos processos e contra a redistribuição das relatorias. Dino, Zanin e Moraes sustentaram o entendimento contrário.

Para o doutor em Direito Constitucional e pró-reitor da Estácio Brasília Murilo Borsio Bataglia, a Presidência tem competência para organizar o funcionamento da Corte, mas isso não representa autorização genérica para assumir processos.

“A Presidência do STF possui competências próprias, inclusive em situações excepcionais, mas não há, no texto constitucional ou no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, um poder geral e discricionário de avocar processos que estejam sob relatoria de outros ministros”, afirma.

Segundo Murilo Bataglia, a validade da mudança depende da existência de uma hipótese prevista nas regras do tribunal. “Se não houver essa hipótese, a alteração da relatoria pode ser questionada por violar as

regras de distribuição e, em última análise, a garantia do juiz natural”, diz.

BATE-BOCA

A divergência processual rapidamente deu lugar a confrontos pessoais. O momento mais duro ocorreu entre André Mendonça e Gilmar Mendes. Ao discutir a forma como a investigação foi conduzida e a proximidade das eleições, Mendonça afirmou que havia um “inequívoco viés político-eleitoral” no tratamento dado ao caso.

Gilmar interrompeu. Mendonça reagiu. “Vossa Excelência está sendo leviano, ministro Gilmar. Leviano”, afirmou. E pediu respeito a Gilmar Mendes. “Quem não se dá ao respeito não merece respeito”, devolveu Gilmar Mendes.

Os dois voltariam a discutir durante a sessão. Em outro momento, Mendonça pediu que Gilmar não apontasse o dedo para ele. Mais tarde, Gilmar acusou o colega de “desfaçatez”; Mendonça exigiu respeito.

Moraes e Mendonça também se enfrentaram diretamente. Ao defender a análise conjunta dos casos, Moraes afirmou que policiais poderiam confirmar que Mendonça havia solicitado sua inclusão na investigação. Disse ter testemunhas. “Não é verdade, presidente. Não é verdade”, interrompeu Mendonça. “Não é verdade?”, questionou Moraes. “É mentira!”. Moraes disse que levaria suas testemunhas caso viesse a responder a inquérito.

A sessão havia começado justamente com Fachin pedindo aos ministros que separassem divergências jurídicas de confrontos pessoais. Não

obteve sucesso no pedido. Ao longo das horas seguintes, o presidente foi interrompido em diferentes momentos e teve dificuldades para conter as manifestações simultâneas dos colegas. Fachin chegou à sessão com o desafio de manter o controle dos debates e acabou tendo pedidos por “sensatez, decoro e serenidade” contrariados durante os embates.

Para o constitucionalista Max Kolbe, o comportamento visto no plenário produz efeitos que ultrapassam as divergências jurídicas em discussão. “Na minha avaliação, esse tipo de episódio compromete seriamente a credibilidade do Supremo. A população precisa confiar que as decisões resultam da aplicação do Direito, com imparcialidade e respeito às regras. Quando ministros trocam acusações pessoais e colocam sob suspeita a atuação uns dos outros, abre-se espaço para a percepção de que disputas internas podem estar influenciando o exercício da jurisdição”, afirma.

Kolbe diferencia o confronto pessoal da divergência jurídica, mesmo quando esta é dura. “A divergência jurídica, inclusive contundente, integra o funcionamento de um tribunal colegiado. O problema surge quando os argumentos cedem lugar à hostilidade e ao constrangimento pessoal”, diz.

Segundo ele, serenidade e autocontenção fazem parte das exigências associadas à atuação de magistrados. “É inadmissível naturalizar o descontrole em uma instituição que tem a responsabilidade de solucionar os conflitos mais graves do país.”

DIVISÃO

Por trás das trocas de acusações, a sessão revelou uma divisão concreta sobre como o Supremo deve tratar os casos de Moraes e Mendonça.

Gilmar, Dino, Zanin e Moraes sustentaram, em momentos diferentes, que os fatos possuem conexão suficiente para justificar tratamento conjunto. Fachin, Mendonça, Fux e Cármen defenderam a separação. Nunes Marques declarou impedimento, mencionando inclusive sua função como presidente do Tribunal Superior Eleitoral, enquanto Dias Toffoli declarou suspeição por foro íntimo.

Murilo Bataglia afirma que nenhuma das alternativas pode ser definida apenas pela identidade dos envolvidos. “A separação pode preservar a individualização das condutas e evitar que a situa-



Mendonça: alvo de ataques do decano Gilmar Mendes

ção de um ministro influencie indevidamente a análise do outro; a reunião, por sua vez, pode ser juridicamente justificável se houver identidade ou conexão relevante entre fatos e elementos probatórios, evitando decisões contraditórias ou tratamento processual desigual.”

Na avaliação do constitucionalista, o critério precisa estar na relação objetiva entre os fatos e nas regras processuais. “O ponto constitucional central é verificar se a opção adotada decorre de critérios processuais objetivos e previamente justificáveis, e não da condição pessoal dos ministros envolvidos.”

Os afastamentos dos ministros Dias Toffoli e Nunes Marques (Toffoli manteve a posição que segue desde que se afastou da relatoria do caso Master, e Nunes Marques alegando o fato de ser presidente do Tribunal Superior Eleitoral, diante da repercussão política do julgamento), que se declararam impedidos, também reduziram a composição da Corte em uma decisão considerada inédita. Para Bataglia, o efeito não se limita à contagem de votos.

“O afastamento de um ministro pode ser necessário justamente para preservar a imparcialidade, mas, em um caso excepcional envolvendo integrantes da própria Corte, a redução do colegiado torna mais sensível a discussão sobre a legitimidade deliberativa da decisão”, afirma.

DECISÃO FICA PARA DEPOIS

Ao pedir vista, Dino suspendeu a discussão antes que o Supremo avançasse para o ponto que originalmente motivou a sessão. Na prática, o tribunal

terminou o dia conhecendo a posição dos ministros sobre uma questão preliminar, mas sem responder se Moraes deverá ou não ser investigado.

O pedido de vista permite que Dino mantenha o processo por até 90 dias antes de devolvê-lo ao plenário. A análise do caso de Mendonça havia sido marcada por Fachin para 23 de setembro, mas a nova situação processual pode provocar outros ajustes no calendário.

Murilo Bataglia observa que o pedido não resolve a divergência. “O pedido de vista, nesse contexto, não representa decisão sobre o mérito da questão, mas suspende temporariamente a deliberação para permitir análise mais aprofundada antes da formação definitiva do resultado.”

O que ficou definido nesta terça, portanto, foi menos o destino das acusações do que a dimensão do conflito dentro da própria Corte. O STF abriu a sessão para discutir suspeitas envolvendo um de seus ministros, passou horas discutindo o rito, colocou sob questionamento decisões da Presidência e terminou sem chegar ao mérito.

Para Max Kolbe, a recuperação da confiança passa por uma resposta institucional que vá além dos embates pessoais.

“A gravidade aumenta quando as acusações envolvem competência, imparcialidade ou possível irregularidade na condução de investigações. Tudo isso precisa ser esclarecido pelos procedimentos adequados, com provas, defesa e decisões fundamentadas.”

A decisão sobre Moraes ficou para depois. As divergências entre os ministros, não.



RUDOLFO LAGO/CORREIO DA MANHÃ

Quase ao relento, jornalistas acompanham o julgamento no STF

No julgamento do STF, reflexões sobre o respeito

Em um dos momentos mais tensos dos vários momentos tensos da sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) na terça-feira, o ministro André Mendonça pediu ao ministro Gilmar Mendes que o tratasse com respeito. E Gilmar Mendes disparou: “Quem não se dá ao respeito não merece respeito”. Respeito é, de fato, a palavra que resume a sessão que julgou se deveria ou não ser aberto um inquérito para investigar as ações do ministro Alexandre de Moraes nas suas supostas relações com o dono do Banco Master, Daniel Vercaro. Os ministros se desrespeitaram desde os níveis mais rebuscados (“Isso é uma aleivosia pusilânime”, disse, por exemplo, o presidente do STF, Edson Fachin, numa resposta a Flávio Dino) até os mais comuns (“isso é mentira!”, disparou André Mendonça contra Moraes. Ou: “Isso é um Pixuleco eleitoral”, como disse Gilmar Mendes sobre a ação de André Mendonça).

Uma temerária desorganização

Em determinado momento, Flávio Dino brinca com Edson Fachin e pergunta se ele tinha visto o vídeo do humorista Fábio Porchat. No vídeo mencionado, Porchat interpreta um jornalista, que dorme vestido, pronto para entrar no ar, sem aguentar mais a troca de decisões e de chumbo entre os ministros do Supremo nos últimos dias. Durante toda esta terça-feira os jornalistas sofreram. Toda essa situação de quinta-série de ministros da Suprema Corte se agredindo já demonstra temerária desorganização.

GUSTAVO MORENO/STF



Dentro do STF, os ministros trocavam agressões

Tratamento dado à imprensa

Além da barafunda de um tribunal que deveria agir em conjunto e não age, a desorganização ficou flagrante na forma como se organizou a cobertura jornalística. Claramente, o Supremo Tribunal Federal estava assustado com a repercussão do que aconteceria durante a sessão. O que levou a uma exagerada situação de segurança, que teve como vítimas jornalistas devidamente documentados e credenciados. Às 7h, havia uma enorme fila de profissionais debaixo do sol de um dia que começava com enorme calor.

A tenda saiu voando

Os jornalistas tinham que passar por três diferentes barreiras até chegar ao terraço do STF, de onde podiam entrar ao vivo e fazer gravações. Ao lado, foi montada uma tenda com mesas para o trabalho. Quando houve o primeiro intervalo, no início da tarde, nuvens de chumbo coroavam fora o clima que se instalava dentro do STF. Começou a cair uma forte chuva. O vento fez com que a tenda montada saísse voando.

Segunda Turma

Neste momento, o STF se deu conta de que é uma imensa estrutura com várias salas. Disponibilizou, então, o plenário da Segunda Turma para que os jornalistas ficassem diante da chuva. A chuva parou. A tenda não voou de novo. Mas os jornalistas puderam, então, acompanhar de uma sala mais ampla, com banheiro e ar-condicionado.

Cães farejadores

Cães farejadores chegaram a ser acionados para investigar os materiais e pertences dos jornalistas. Ostentavam canhões antidrones e outros equipamentos pesados. Antes de ser disponibilizada a Segunda Turma, toda vez que se precisava ir ao banheiro, os jornalistas precisavam andar até o anexo. E, na volta, de novo sofrerem revista.

Suspeitos

Eram, assim, os jornalistas tratados como se fossem suspeitos. Quando, na verdade, as suspeitas pairavam era sobre boa parte dos dez ministros que, do lado de fora, discutiam fortemente entre si. A cada momento, havia um ministro exaltado para dizer que nada havia contra ele. Embora informações no sentido contrário aparecessem.

“Envergonhada”

Durante todo o julgamento, a ministra Cármen Lúcia permaneceu calada. Foi falar pela primeira vez um pouco antes das 18h. Para dizer: “Eu me sinto um pouco envergonhada”. E completou: “Eu não me perdi e estou sentido a perda”. Cármen Lúcia lamentou não ter conseguido evitar que o STF chegasse onde chegou.

“Desculpas”

“Peço desculpas ao povo brasileiro”, disse, então Cármen Lúcia. Durante todo o dia, ela assistiu calado a uma grossa troca de acusações e agressões entre os ministros, especialmente Gilmar Mendes na direção de André Mendonça. Acontecia o que o julgamento prenunciava. Uma guerra verbal entre os vetustos senhores do Supremo.

Menos a senhora

Somente a única senhora presente não participava da troca de agressões. Que parecia perplexa com o rumo das coisas, ao final de um dos dias mais tristes da história do Judiciário brasileiro. Uma sessão que pode de fato ser resumida pela palavra algumas vezes repetida por André Mendonça e Gilmar Mendes. Faltou respeito.



MARCOS CORRÊA/PR

Justiça Eleitoral proibiu lives de Bolsonaro. Flávio quer o mesmo com Lula

Flávio aciona novamente TSE contra lives de Lula no Alvorada

Levantamento técnico aponta vasto uso irregular de IA na campanha

Por **Gabriela Gallo**

Faltando menos de 20 dias para o primeiro turno eleitoral, o senador e candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL-RJ) protocolou uma ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para impedir que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) realize lives da sua campanha eleitoral no Palácio da Alvorada. O pedido foi protocolado pela equipe de Flávio na noite de segunda-feira (14) após Lula participar, na noite de domingo (13), de uma transmissão ao vivo com apoiadores para promover a própria candidatura à reeleição.

Esta não foi a primeira vez que o senador entrou com recursos na Justiça Eleitoral para impedir transmissões de Lula direto do Alvorada. Em 27 de agosto, ele encaminhou o primeiro pedido após Lula conceder uma entrevista à TV Record, direto da residência oficial da Presidência.

A equipe de Flávio Bolsonaro argumentou que, apesar de a legislação autorizar excepcionalmente o uso de residências oficiais para reuniões e contatos de campanha, essas atividades não podem assumir caráter de ato público. Eles ainda destacaram que, em 2022, o TSE proibiu que

o então presidente Jair Bolsonaro (PL) realizasse suas lives semanais no Palácio do Alvorada durante o período eleitoral. A medida valia para discursos destinados a promover sua então candidatura ou de terceiros, em que ele utilizasse de bens e serviços públicos “a que somente tem acesso em função de seu cargo de presidente da República”.

Procurada pela imprensa após a transmissão de Lula com aliados, a assessoria de campanha do presidente informou que a live utilizou “estritamente os equipamentos da campanha” presidencial do petista e reforçou que “o Palácio da Alvorada é a residência oficial do governo e espaço privado do Presidente Lula”.

Ainda sobre as campanhas eleitorais, um levantamento técnico do Observatório IA nas Eleições, divulgado na segunda-feira (14), aponta que “entre janeiro e julho deste ano, um a cada dois casos de conteúdo de Inteligência Artificial (IA) não sinalizou a aplicação da tecnologia” em postagens nas redes sociais – o que é proibido pela Justiça Eleitoral.

O levantamento, desenvolvido pela Data Privacy Brasil e pelo Aláfia Lab.

CORREIO
ECONÔMICO

TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL



Conclusão é de estudo divulgado nesta terça-feira pela CNI

País deve dobrar investimento para zerar déficit em infraestrutura

O Brasil precisa mais que dobrar os investimentos em infraestrutura para reduzir o déficit histórico do setor e se aproximar dos padrões internacionais. É o que aponta o estudo Financiamento dos Investimentos em Infraestrutura no Brasil, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que propõe um novo regime de financiamento para ampliar a participação do capital privado e sustentar projetos de longo prazo.

Em 2024, foram investidos R\$ 266,8 bilhões em infraestrutura, equivalentes a 2,27% do PIB. Segundo a CNI, o país precisaria elevar esse patamar para 4,65% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de R\$ 550 bilhões por ano, e mantê-lo por pelo menos duas décadas.

Para a CNI, nenhuma fonte de recursos, isoladamente, é capaz de atender às necessidades do país.

Brasil e EUA voltarão a discutir tarifas

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Márcio Elias Rosa, disse nesta segunda-feira (14) que representantes do governo brasileiro vão se reunir com o representante comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), Jamieson Greer, durante o encontro do G20, que ocorrerá nos dias 30 de setembro e 1º de outubro na cidade de Milwaukee, nos Estados Unidos.

Elias falou rapidamente sobre o assunto com a imprensa após um evento no Palácio do Planalto.

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



G20 acontecerá na cidade estadunidense de Milwaukee

Tesouro honra R\$ 79,95 mi em dívidas

A União pagou, em agosto, R\$ 79,95 milhões em dívidas de estados e municípios, na condição de garantidora de operações de crédito contratadas pelos entes subnacionais. Com isso, o valor desembolsado pelo Tesouro Nacional para cobrir parcelas não quitadas pelos devedores chegou a R\$ 3,13 bilhões no acumulado de 2026. Os dados constam do Relatório Mensal de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito e Recuperação de Contragarantias (RMGH), divulgado nesta terça-feira (15) pelo Tesouro Nacional.

Desde 2016, a União desembolsou R\$ 89,66 bi

Desde 2016, a União desembolsou R\$ 89 bi para honrar garantias em operações de crédito de estados e municípios. No mesmo período, recuperou R\$ 6,06 bilhões por meio da execução de contragarantias. Somente em agosto, foram recuperados R\$ 70 mil. Segundo o Tesouro Nacional, o principal fator que explica o baixo volume de recursos recuperados é a participação de estados no Regime de Recuperação Fiscal.

Datacenters I

Foi sancionada na terça-feira (15) a lei que cria o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter, voltado a estimular a instalação e a ampliação de centros de processamento de dados no país. A nova legislação estabelece um regime tributário especial destinado a incentivar investimentos em infraestrutura digital e fortalecer o setor de TI.

Datacenters II

A expectativa é de que, com as novas regras, o Brasil fique mais atrativo para projetos ligados à computação em nuvem, inteligência artificial, armazenamento e processamento de dados, bem como para outras atividades que demandam grande capacidade computacional. A lei associa os incentivos à adoção de critérios de sustentabilidade.

Influência das bets I

Um estudo feito pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades, da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo, revelou que as apostas, conhecidas popularmente como bets, reduziram o consumo e retiraram da atividade econômica entre R\$ 120 bilhões e R\$ 141 bilhões.

Influência das bets II

Os pesquisadores consideram que se o saldo do crédito para pessoa física subiu cerca de R\$ 450 bilhões e a transferência líquida de R\$ 62,5 bilhões tivesse sido financiada por novo crédito, o que é visto como uma hipótese extrema, isso corresponderia a cerca de 14% do aumento do endividamento das famílias em 2025.

Endividamento I

A pressão financeira sobre a indústria deve se intensificar no próximo trimestre. A terceira edição da Consulta Empresarial sobre Juros, Crédito e Custos Financeiros, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em agosto, aponta que 32% das empresas industriais esperam alta no saldo da dívida bancária.

Endividamento II

O movimento ocorre em um ambiente marcado por pressões persistentes sobre o custo do capital.

A maioria das empresas consultadas projeta aumento da necessidade de financiamento nas principais frentes operacionais: 56% em contas a pagar, 50% em estoques e 49% em contas a receber.



Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)

Vendas no comércio caem 0,8% em ‘ressaca’ da Copa do Mundo

Apesar da queda em julho, setor cresce 1,6% em 12 meses, diz IBGE

Da Redação

O comércio varejista brasileiro recuou 0,8% na passagem de junho para julho, influenciado por uma espécie de “ressaca” da Copa do Mundo. O resultado faz com que o desempenho acumulado do setor no período de 12 meses desacelerasse para 1,6%.

A média móvel trimestral, que suaviza oscilações pontuais e reflete a tendência recente, aponta variação negativa de 0,1%.

No acumulado de 2026, o setor avança 1,8%, e em 12 meses, 1,2%. Os números indicam desaceleração, uma vez que, em março, o acumulado de 12 meses era 2,3%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada nesta terça-feira (15) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado de julho coloca o comércio brasileiro 10,6% acima do nível pré-pandemia de covid-19 (fevereiro de 2020) e 1,5% abaixo do maior patamar já registrado, alcançado em março de 2026. De acordo com o analista da pesquisa, Cristiano Santos, o comércio está em patamar equivalente a dezembro de 2025.

O levantamento mostra que das oito atividades pes-

quisadas pelo IBGE, cinco apresentaram retração na passagem de junho para julho. Veja o comportamento dos grupos de atividades:

- móveis e eletrodomésticos: -4,9%;
- livros, jornais, revistas e papelaria: -4,2%;
- tecidos, vestuário e calçados: -2,7%;
- outros artigos de uso pessoal e doméstico: -2,2%;
- hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo: -0,2%;
- artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria: 0,6%;
- equipamentos e material para escritório, informática e comunicação: 0,6%;
- combustíveis e lubrificantes: 0,3%.

Cristiano Santos explica que a queda de eletrodomésticos, revistas e papelaria, e vestuário têm relação com a Copa do Mundo, ocorrida em junho e julho, uma vez que venda de itens como TVs e álbuns de figurinha tiveram crescimento nos meses anteriores à copa, aumentando a base de comparação de julho.

“É como se as pessoas tivessem concentrado a capacidade de consumo desses produtos que têm a ver com a copa principalmente em maio.”

DIVULGAÇÃO/EQUIPOTEL

*Lideranças da hotelaria participam da abertura do Equipotel*

Equipotel 2026 cresce e reúne mais de 500 marcas em São Paulo

A Equipotel abriu nesta terça-feira (15), em São Paulo, sua 63ª edição com mais de 500 marcas nacionais e internacionais e expectativa de receber 22 mil visitantes até sexta-feira (18). Realizada no Expo Center Norte, a feira cresceu 15% em área e reúne mais de 15 mil produtos e serviços, além de cerca de 200 horas de conteúdo. A programação inclui debates sobre tecnologia, gestão, sustentabilidade, qualificação e eficiência operacional. A abertura também marcou o início do Conotel e reuniu lideranças da hotelaria. Em meio a novos investimentos e mudanças no consumo, a feira reforça seu papel como vitrine de negócios e tendências para um setor que busca ganhar produtividade sem perder a hospitalidade como diferencial. Segundo Daniel Pereira, gerente da Equipotel, a feira deste ano reflete o aquecimento do turismo e a movimentação da cadeia de hospedagem e serviços.

China bate recorde de visitas ao Brasil

A chegada de chineses ao Brasil atingiu novo recorde em 2026. De janeiro a agosto, 113,2 mil turistas da China desembarcaram no país, volume 10% superior a todo o acumulado de 2025 e 73,3% acima do registrado no mesmo período do ano passado. O avanço coincide com a isenção temporária de visto, válida desde maio, e com ações de promoção ligadas ao Ano Cultural Brasil-China. O movimento confirma a força de um mercado emissor que o turismo brasileiro tenta transformar em fluxo permanente.

ROBERTO CASTRO/MTUR

*Brasil mira avanço do mercado turístico chinês*

Mercado chinês avança, mas esbarra em voos

O salto nas chegadas chinesas expõe um gargalo decisivo para o turismo: a conectividade aérea. Brasil e China contam, ainda hoje, com apenas um voo direto, operado pela Air China, com parada técnica na Europa; as demais opções exigem conexão. Para sustentar o crescimento da demanda, o setor terá de ampliar rotas, facilitar deslocamentos e preparar a infraestrutura. O próprio Ministério do Turismo já inclui conectividade, mobilidade e qualificação do receptivo entre os pontos centrais da estratégia para esse mercado emissor.

Brasil prepara oferta ao turista chinês

A expansão do mercado chinês levou o Brasil a reforçar a preparação do produto turístico. Mais de 900 agentes na China são certificados como especialistas em Brasil. A promoção avança em mandarim e em plataformas como WeChat e Weibo, além de workshops e famtours. A estratégia busca ampliar a presença nesse mercado e levar esses visitantes a destinos como Foz do Iguaçu, Amazônia e Pantanal.

Acordo Ecad

A ABIH Nacional e o Ecad aproveitaram a Equipotel 2026 para lançar uma campanha de regularização de débitos de hotéis. O acordo prevê desconto de 40% para pagamento à vista e condições de parcelamento em até 24 vezes. Durante a feira, equipes do Ecad atendem no estande da entidade para esclarecer dúvidas e homologar negociações.

Desafios da hotelaria

A CNC levou à abertura da Equipotel 2026 dois temas que devem pesar sobre o turismo e a hotelaria: reforma tributária e escala 6x1. Alexandre Sampaio, responsável pelo Cetur da entidade, defendeu o diálogo entre os segmentos e uma atuação conjunta para que o setor ganhe mais espaço nas decisões econômicas e políticas do País.

Efeito NFL

O futebol americano vai ajudar a lotar os hotéis do Rio no fim de setembro. Segundo prévia do HotéisRIO, a ocupação média para o jogo da NFL no Maracanã, dia 27, está em 73,58%. Ipanema/Leblon lidera, com 95,01%, seguida de Leme/Copacabana, com 93,91%. O evento mostra a força de novas atrações no calendário turístico carioca.

Crédito MEI

Um financiamento de R\$ 21 mil abriu nova frente do Fungetur. A primeira operação para MEI de baixa renda foi assinada por uma empreendedora de eventos piauiense. A linha dispensa avalista e exige CadÚnico e Cadasur. O valor é pequeno diante do fundo, mas relevante por levar crédito formal a quem costuma encontrar as portas fechadas.

Pura Vida

A Costa Rica estreou roadshow no Brasil com etapas em São Paulo e no Rio, aproximando hotéis e receptivos do trade. O país aposta em biodiversidade, ecoturismo, luxo e bem-estar. A presença da Copa Airlines destacou um ponto decisivo - a conectividade aérea ajuda a transformar curiosidade pelo destino em resultados e viagens.

Brasília no radar

O Visite Balneário Camboriú e a Região Costa Verde & Mar reuniram 80 agentes e operadores de turismo nesta terça-feira (15) em Brasília e fizeram 10 visitas a agências da capital. A ação apresentou novidades e atrações dos destinos catarinenses e reforçou Brasília como mercado emissor estratégico para ampliar o fluxo de visitantes à região.

DIVULGAÇÃO

*Douglas Ruas põe segurança no centro do turismo fluminense*

Segurança vira eixo do debate sobre turismo no Rio de Janeiro

Douglas Ruas liga segurança ao avanço do turismo e da hotelaria

Da **Redação**

A segurança pública entrou no centro do debate sobre o futuro do turismo e da hotelaria fluminense. Em participação na 23ª edição do Fórum de Segurança promovido pelo HotéisRIO e pela ACIR, o candidato ao governo do estado Douglas Ruas relacionou diretamente o avanço do setor à capacidade do poder público de recuperar territórios dominados pelo crime organizado e ampliar a presença das forças de segurança.

Segundo Ruas, a retomada dessas áreas seria o principal indicador de sua política para o setor. A avaliação é de que a redução do domínio territorial do crime teria reflexos também sobre roubos de cargas e de veículos, além de melhorar o ambiente urbano para moradores, visitantes e empresas.

O candidato afirmou ainda que pretende recompor o efetivo da Polícia Militar e ampliar o sistema prisional.

Ao tratar especificamente do turismo, Ruas classificou a atividade como uma das principais alavancas de desenvolvimento do Rio de Janeiro. “Se tem um setor no qual não podemos nem disputar com outros estados, mas sim ganhar de goleada, é o turismo”,

afirmou. Para ele, a combinação de praia e serra em distâncias relativamente curtas é uma vantagem competitiva que precisa ser acompanhada por políticas públicas. “Ao resolvermos o problema da segurança, o turismo vai crescer ainda mais”, disse.

A mobilidade também apareceu no debate. Ruas defendeu prioridade ao sistema metroviário e citou as linhas 3 e 4 como parte de uma estratégia para reduzir o tempo de deslocamento e ampliar a integração entre a capital, Niterói, São Gonçalo e Itaboraí.

A série do fórum já recebeu Anthony Garotinho, no dia 3, e Eduardo Paes, no dia 9. A iniciativa reúne HotéisRIO, ACIR Recreio e Vargens, câmaras comunitárias da Freguesia, Jacarepaguá e Barra da Tijuca, além da Acija, com apoio da ABIH-RJ.

Para o presidente do HotéisRIO, Alfredo Lopes, discutir segurança é essencial para que o Rio converta seu potencial turístico em crescimento sustentável da hotelaria e da economia. O setor hoteleiro vê a segurança como fator decisivo para ampliar a permanência do visitante, estimular novos investimentos e fortalecer a imagem do destino e estimular a circulação turística por todo o estado.

ARQUIVO/PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO



Autoridades debatem a presença do poder público nas comunidades

Ministério Público aponta desafios para reocupação de áreas no RJ

O Ministério Público Federal (MPF) apontou desafios para a política de reocupação de territórios no Rio de Janeiro durante audiência pública realizada na quinta-feira (10). O plano estadual busca cumprir determinações do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF 635. Representantes de órgãos públicos e da sociedade civil defenderam integração entre segurança, saúde, educação, infraestrutura e assistência social, além da presença permanente de serviços públicos nas comunidades. Também foram discutidos redução da letalidade policial, uso de câmeras corporais, controle da atividade policial e participação social. O MPF destacou a necessidade de cooperação entre União, estado e municípios, além de metas, indicadores, orçamento, transparência e mecanismos para acompanhar os resultados da política e evitar a repetição de problemas registrados em experiências anteriores.

Senacon apura falhas de Uber e 99

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) vai apurar falhas da Uber e da 99 no atendimento a idosos e pessoas com deficiência após recomendação do Ministério Público Federal (MPF). A investigação inclui cancelamentos por idade ou pelo uso de cadeiras de rodas, bengalas, muletas e cães-guia. As empresas foram notificadas a informar reclamações e medidas contra recusas de transporte. O órgão também avaliará a necessidade de novas regras para garantir acessibilidade nos aplicativos.

ARQUIVO SECOM



Motoristas tem cancelado passageiros com cadeiras de rodas

Justiça faz mutirão para pagar dívidas trabalhistas

Segue até sexta-feira (18) a 16ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, promovida pela Justiça do Trabalho em todo o país. Com o slogan “Seu direito por inteiro”, a iniciativa concentra esforços para acelerar processos e garantir o pagamento de dívidas já reconhecidas judicialmente. Neste ano, as ações priorizam grandes devedores, conciliações e a localização de bens, com bloqueios de valores, restrições de veículos e pesquisas de imóveis. Tribunais Regionais do Trabalho também realizam audiências e mutirões para buscar acordos.

FGTS está entre principais ações trabalhistas

O FGTS completou 60 anos em setembro entre os principais motivos de ações na Justiça do Trabalho. De janeiro a julho de 2026, a cobrança da multa de 40% do Fundo foi o quinto assunto mais recorrente, com 391.556 processos. Já a falta dos depósitos mensais ficou em nono lugar, com 279.815 ações. Criado em 1966, o Fundo recebe depósitos equivalentes a 8% do salário do trabalhador com carteira assinada.

POR ANDRE SOUZA E LUIGI FREIRE (Estagiário)

Kwai apresenta Plano I

O Kwai apresentou seu Plano de Conformidade Eleitoral para as Eleições Gerais de 2026, com medidas contra desinformação, manipulação e comportamentos inautênticos. O documento prevê moderação de conteúdos, decisões da Justiça Eleitoral, regras para publicidade política e proteção de dados, conforme normas do TSE durante o período eleitoral no país.

Kwai apresenta plano II

Durante as eleições, a equipe do Kwai funcionará 24 horas para atender demandas da Justiça Eleitoral, com prioridade de 4 a 24 horas. A plataforma terá monitoramento automatizado e humano, parceria com a AFP Checamos e poderá reduzir alcance, limitar funções ou suspender perfis envolvidos em redes coordenadas neste pleito.

Alerta a golpe I

A Defensoria Pública da União alertou para uma fraude em que criminosos se passam por defensores, juízes e promotores para obter dinheiro das vítimas. Em um caso recente, uma pessoa foi induzida, durante falsa videoconferência, a fazer empréstimos, resgates, transferências e Pix após receber orientação para escanear QR code no app bancário.

Alerta a golpe II

A DPU reforça que nunca pede Pix ou transferências para validar identidade, acessar processos ou participar de audiências. A orientação é interromper contatos suspeitos e confirmar informações por canais oficiais. Quem cair no golpe deve avisar o banco, solicitar o MED em casos de Pix e registrar ocorrência, além de preservar provas.

Estudos pessoa idosa I

O CNJ abriu a 1ª Convocação Pública da 8ª edição do Justiça Pesquisa para selecionar instituições que desenvolvam estudos sobre a Política da Pessoa Idosa e Justiça Restaurativa. As propostas podem ser feitas até 13 de outubro. Cada pesquisa terá até R\$ 440 mil e duração de 12 meses, abrangendo seis estados e diferentes regiões.

Estudos pessoa idosa II

As pesquisas deverão usar metodologia mista, combinar análises quantitativas e qualitativas e contemplar pelo menos seis estados, nas cinco regiões. As equipes precisam ter coordenador acadêmico com doutorado e dois coordenadores de campo com mestrado. O resultado final da seleção será divulgado até 18 de novembro no CNJ.

DIVULGAÇÃO/MPF



Ação do MPF trata da cobrança do Free Flow no trecho paulista da Dutra

MPF pede isenção de motos no Free Flow da Via Dutra em São Paulo

Ação também pede devolução de tarifas e anulação de multas já aplicadas

Da Redação

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com ação civil pública para que motociclistas sejam isentos das tarifas do sistema Free Flow no trecho metropolitano da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), em São Paulo. O processo foi ajuizado nesta segunda-feira (14) contra a CCR RioSP, concessionária responsável pelo trecho e integrante do grupo Motiva, além da União e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O pedido abrange os pórticos instalados entre os quilômetros 205 e 230 da Dutra e inclui motocicletas, motonetas, triciclos e bicicletas moto. O MPF também requer a devolução dos valores já pagos por esses usuários, o cancelamento de débitos pendentes e a anulação de multas aplicadas pela falta de pagamento das tarifas.

Segundo o órgão, a isenção de motocicletas na Dutra está prevista em portaria do Ministério da Infraestrutura publicada em agosto de 2021. Apesar disso, a ANTT autorizou a cobrança desses veículos no Free Flow a partir de novembro de 2025.

O contrato de concessão firmado com a CCR RioSP manteve a isenção nas praças convencionais de pe-

dágio, mas o benefício não foi aplicado aos pontos de cobrança eletrônica. Para o MPF, a diferenciação contraria a regra estabelecida pelo governo federal.

A ação também aponta diferença na cobrança conforme o local de entrada na rodovia. Pelas regras atuais, motoristas que passam pela praça convencional de Arujá ficam dispensados do pagamento nos pórticos do Free Flow. Como motocicletas não pagam a tarifa em Arujá, esses condutores também passam pelos pontos eletrônicos sem cobrança. Já os motociclistas que entram diretamente na pista expressa para percorrer trajetos dentro da Região Metropolitana de São Paulo são cobrados nos pórticos porque não registraram passagem pela praça de Arujá.

Autor da ação, o procurador da República Guilherme Rocha Göpfert sustenta que motocicletas submetidas ao mesmo contrato de concessão devem receber o mesmo tratamento, independentemente do ponto utilizado para acessar a rodovia.

O MPF cita ainda uma regra do contrato da Dutra que desconsidera as motocicletas no cálculo da densidade de tráfego usado para definir as tarifas de cada trecho. O Correio da Manhã aguarda posicionamento da empresa.



PORTAL SES/SC

O aumento no número de cirurgias foi registrado em 20 estados

Cirurgias eletivas pelo SUS passam de 7,5 milhões no 1º semestre

O Sistema Único de Saúde (SUS) registrou mais de 7,5 milhões de cirurgias eletivas realizadas no primeiro semestre deste ano. O número representa um aumento de 8% em relação ao mesmo período do ano passado. Foram, segundo o governo federal, 608 mil procedimentos a mais.

“O resultado mantém a trajetória de crescimento registrada nos últimos anos e ocorre após o país alcançar, em 2025, 14,9 milhões de cirurgias eletivas”, afirmou o governo federal. O aumento no número de cirurgias foi registrado em 20 estados. Os maiores crescimentos foram vistos no Distrito Federal (31%), Sergipe (25%), Paraíba (23%), Bahia (20%) e Ceará (20%). Também apresentaram altas relevantes Amapá (18%), Alagoas (15%), Piauí (15%), Roraima (14%), Minas Gerais (13%), Goiás (12%), Rio de Janeiro (11%) e Rio Grande do Sul (11%).

Alerta para riscos de melanoma fora da pele

Nem todo melanoma está relacionado ao câncer de pele, esclarece a Fundação do Câncer. Com origem nas células produtoras de melanina, o melanoma também pode se manifestar nas estruturas extracutâneas, como no olho; em mucosas, como as da cavidade oral; e órgãos internos dos sistemas genital e digestório. Esse tipo de neoplasia maligna é menos frequente, porém mais agressivo e letal porque tem maior possibilidade de provocar metástase e, com isso, se espalhar para tecidos e órgãos vizinhos.

COFEN



Especialistas alertam para importância do diagnóstico precoce

Portos iniciam temporada de cruzeiros

Os portos brasileiros iniciam, em outubro, a operação da temporada de cruzeiros marítimos 2026/2027. Estão previstos oito navios, 187 roteiros e 675 escalas, com oferta de mais de 831 mil leitos, 24% superior à temporada anterior, segundo dados do Ministério do Turismo. Na Bahia, a Companhia das Docas do Estado da Bahia estima que cerca de 179 mil passageiros desembarquem nos portos de Salvador e Ilhéus durante o ciclo 2026/2027. Em Salvador, a programação começa em 7 de outubro, com a chegada do World Odyssey.

A 1ª atracação está prevista para 20 de outubro

No Porto de Santos (SP), a primeira atracação da temporada está prevista para 20 de outubro, com a chegada do Buena-vista, da Corazul Cruzeiros. O navio, com capacidade para 2 mil passageiros, fará a primeira saída comercial três dias depois, em 23 de outubro. Segundo a Prefeitura de Santos, serão 92 dias de operação até 4 de abril de 2027, com 146 escalas de dez embarcações de sete companhias.

PND 2026 I

A Prova Nacional Docente (PND) 2026 será aplicada na tarde do próximo domingo (20) em mais de 800 municípios de todas as unidades da federação mais o Distrito Federal. Todas as localidades estão listadas no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Os portões serão abertos ao meio-dia.

PND 2026 II

A prova terá duração total de cinco horas e trinta, com início marcado para 13h30 e encerramento às 19h. Participam do chamado de Enem dos Professores os concluintes de cursos de licenciatura no Enade 2026, inscritos pelos coordenadores dos cursos, bem como, aqueles graduados interessados em ingressar na carreira docente.

Enamed 2026 I

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou, na terça-feira (15), a versão preliminar do gabarito das provas teóricas dos exames de avaliação da formação médica realizados no domingo.

Trata-se da edição 2026 do Enamed e da 1ª etapa da edição 2026/2 do Revalida.

Enamed 2026 II

Os cadernos de provas também estão disponíveis para consulta na página dos respectivos exames. O prazo para apresentação de recursos vai até quinta-feira (17). Para ambos os exames, o recurso contra as versões preliminares do gabarito oficial da prova objetiva deverá ser realizado por meio dos respectivos sistemas Enamed e Revalida.

Diploma médico I

Os participantes da primeira etapa da segunda edição de 2026 do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras (Revalida) têm até sábado (19) para comprovar conclusão de curso de graduação em medicina no exterior. O diploma ou certificado já pode ser enviado.

Diploma médico II

Conforme as regras previstas em edital desta edição, os candidatos que não enviarem a documentação exigida, não poderão realizar a inscrição na segunda etapa do exame, mesmo que tenham atingido a nota de corte na prova teórica. A segunda etapa do Revalida avalia as habilidades clínicas do candidato graduado no exterior.



O estudo desenvolveu um jogo de realidade virtual

Pesquisa usa tecnologia para prevenir quedas de idosos

Estudo da UFC integra realidade virtual e saúde

Da **Redação**

Uma pesquisa desenvolvida na Universidade Federal do Ceará (UFC) apresenta resultados práticos para a promoção da saúde pública e a proteção da população idosa. O estudo desenvolveu um jogo de realidade virtual voltado ao fortalecimento do equilíbrio e à prevenção de acidentes domésticos, alcançando um índice de concordância de 91,42% para usabilidade e de 100% para a experiência do usuário entre os participantes.

Um dos pilares do trabalho foi o desenvolvimento participativo: a construção da ferramenta tecnológica ocorreu em colaboração direta com as próprias pessoas idosas. A inserção do público-alvo na etapa de concepção permitiu adequar a dinâmica do jogo e as interfaces às necessidades motoras e cognitivas da terceira idade, favorecendo a aceitação e a adesão aos treinos.

Atualmente, o recurso de realidade virtual é utilizado em atividades de educação em saúde vinculadas a projetos e ações de extensão da UFC. Professores e pesquisadores aplicam a ferramenta junto a grupos comunitários de idosos, permitindo que os conhecimentos gerados na pós-gra-

duação continuem integrados à prática de promoção da saúde.

Em relação à propriedade intelectual, embora o jogo apresente proposta inovadora para a prevenção de quedas, o registro de patente não foi concedido por se enquadrar em modalidade de jogo com tecnologias correlatas já existentes. O enquadramento regulatório, no entanto, mantém a ferramenta disponível para uso educacional, científico e assistencial de forma aberta pela comunidade acadêmica.

A utilidade de estratégias preventivas responde a uma demanda direta do sistema assistencial. Dados do Ministério da Saúde indicam que, ao longo de 2025, o Brasil registrou 85.169 atendimentos ambulatoriais, 48.576 internações no Sistema Único de Saúde (SUS) e 9.050 óbitos de idosos decorrentes de quedas, o que representa uma média de cerca de 24 mortes por dia.

A maioria das ocorrências são registradas no ambiente residencial, sobretudo no quarto e no banheiro. Os fatores de risco mais frequentes incluem pisos escorregadios, ausência de barras de apoio, iluminação inadequada, tapetes soltos e o uso de múltiplos medicamentos que causam tontura.

CORREIO
CENTRO-OESTE



DIVULGAÇÃO/DPDF

Orientação jurídica, emissão de documentos e atendimento do Cras

DF: Defensoria nas Escolas chega a unidades da Asa Sul nesta semana

A Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) realizará, na quinta (17) e na sexta-feira (18), a 19ª edição do programa Defensoria nas Escolas, com atendimento simultâneo no Centro de Ensino Especial 2 (CEE 2) de Brasília e no Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV), na Asa Sul. Das 9h às 16h, estudantes, familiares e profissionais da educação terão acesso gratuito a serviços jurídicos. A programação inclui questões de família, reconhecimento voluntário de paternidade, exames de DNA, pensão alimentícia, guarda, regulamentação de visitas e segunda via de certidões. Também haverá atendimento do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), serviços da Secretaria de Atendimento à Comunidade (Seac-DF), que oferecerá massagens para mães atípicas, e retirada da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN), em parceria com a Polícia Civil do DF (PCDF).

DF: Show de Talentos de escola de Sobradinho

A TV Sinpro exhibe hoje (16), às 19h, o Show de Talentos do Centro de Ensino Fundamental 5 (CEF 5) de Sobradinho (DF), que reúne música, dança, teatro, poesia e outras expressões artísticas. O evento é dividido em seletiva, realizada na escola, e final, no Teatro de Sobradinho. A primeira etapa teve jurados do CEF 5 e incluiu canto, instrumentos, dança, balé, karatê, bicicleta, corte e costura e poesia. O programa será transmitido pela TV Comunitária de Brasília, canal 12 da Claro NET-DF, e nas redes do Sinpro.

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM @SINPRODF



A TV Sinpro exhibe expressões artísticas da rede pública

DF: última semana para o acordo de precatórios

Credores de precatórios expedidos em processos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) têm até sexta-feira (18) para solicitar o acordo direto de pagamento. A inscrição deve ser feita exclusivamente pelo Portal PGDF - Concilia. A proposta prevê deságio de 40% sobre o valor atualizado do precatório e vale para títulos alimentares ou comuns apresentados até a publicação do Edital nº 4/2026. O benefício não se aplica a precatórios cedidos a terceiros ou usados em compensação tributária. O pedido deve ser feito por advogado.

MPF denuncia crimes ambientais em reserva de GO

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou três pessoas por crimes ambientais em uma fazenda na Reserva Extrativista Lago do Cedro, em Aruanã (GO). Segundo o MPF, uma delas retirou 114 hectares de vegetação nativa sem autorização. Os outros dois são acusados de manter pastagem e gado sob embargo, impedindo a regeneração. Um laudo da Polícia Federal (PF) apontou a perda de habitat e redução da biodiversidade.

Dona Lourdes e o Césio-137

O Museu de Arte de Goiânia (MAG) abriu a exposição “Memórias de Dona Lourdes: ver para não esquecer”, que aborda o acidente radiológico com o Césio-137, ocorrido em Goiânia (GO) em 1987. A partir do testemunho de Lourdes das Neves Ferreira, mãe de Leide, uma operação emergencial foi iniciada para conter o problema.

Doe sangue pelo BTS

A Unidade de Coleta Davi Almeida Franco, em Várzea Grande (MT), aderiu à campanha Purple Pulse, realizada até sexta-feira (18). A ação mobiliza fãs do grupo sul-coreano BTS para incentivar a doação de sangue. A iniciativa faz parte do Brasil Roxo, movimento que reúne ações sociais de comunidades de fãs e promove solidariedade.

Chuvas adiam mutirão

O 48º Mutirão Todos em Ação, antes previsto para o próximo sábado (19), em Campo Grande (MS), foi adiado devido às chuvas dos últimos dias. A prefeitura informou que equipes atuam na recuperação de ruas e prédios públicos afetados. A nova data ainda será divulgada, e as inscrições já feitas continuam válidas para a próxima edição.

Falta de água potável

O Ministério Público de Goiás (MPGO) passou a integrar, como parte autora, a ação civil pública (ACP) movida pelo município de Águas Lindas (GO) contra a Saneamento de Goiás S.A. (Saneago) por falta de água potável. O órgão pediu medidas emergenciais, como ampliar a frota de caminhões-pipa e apresentar um plano de atendimento.

App MPMT Cidadão

O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) lançou o aplicativo MPMT Cidadão, que reúne serviços da instituição em uma única plataforma. Disponível gratuitamente para Android e iOS, a ferramenta permite registrar e acompanhar denúncias, agendar atendimentos presenciais e virtuais, consultar processos, emitir certidões e mais.

Aniversário da UFMS

O campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em Três Lagoas (MS) promove hoje (16), na Feira Central, o Festival Mais Cultura. Em parceria com a prefeitura, o evento reúne, às 18h, gastronomia e música, com a apresentação do cantor Jonavo, natural de Campo Grande (MS). A iniciativa celebra os 47 anos da UFMS.



Houve uma queda de 33,2% nos registros entre 2024 e 2025

Painel aponta redução da letalidade policial em MT

Para o MPMT, a redução é relevante, mas precisa considerar mais dados

Mato Grosso teve 143 mortes decorrentes de intervenção policial em 2025, contra 214 registros em 2024.

A queda foi de 33,2%, segundo dados reunidos em um painel do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT).

A ferramenta foi criada para dar transparência aos indicadores e apoiar ações de segurança pública e de controle da atividade policial.

O painel reúne informações sobre ocorrências de mortes causadas por intervenções policiais e permite consultar diferentes recortes dos registros. A proposta do MPMT é auxiliar diretamente na análise do cenário em todo o estado, na identificação de padrões e no planejamento de medidas de prevenção.

Os dados podem ser usados no acompanhamento das políticas públicas e na atuação dos órgãos responsáveis pelo controle externo.

A iniciativa está ligada ao trabalho do Centro de Apoio Operacional Criminal e do Controle Externo da Atividade Policial (CAO Criminal).

A unidade participa do Comitê Interinstitucional criado pelas Portarias Conjuntas nº 1/2025 e nº 1/2026-PGJ-SESP.

O grupo reúne instituições para tratar da letalidade policial e da vitimização de pro-

fissionais da segurança pública em Mato Grosso.

Entre as atribuições do comitê estão a elaboração de diagnósticos, a revisão de procedimentos e o compartilhamento de informações entre os órgãos envolvidos. Os trabalhos foram prorrogados para permitir o aprofundamento técnico e a consolidação das estratégias conjuntas.

OBJETIVOS DO PAINEL

Conforme divulgado pelo MPMT, a análise dos registros deve considerar, além da quantidade de mortes, a evolução dos dados ao longo dos anos, as taxas e a distribuição das ocorrências pelo estado. Para o órgão, a avaliação cronológica desses fatores permite observar diferenças entre regiões e acompanhar mudanças no cenário.

O painel deverá receber atualizações periódicas e novos recortes para análise.

A previsão é ampliar a base de informações disponível e apoiar o acompanhamento das ocorrências.

Com a divulgação dos indicadores, o MPMT busca fortalecer a cooperação com os órgãos de segurança e oferecer dados para o debate sobre prevenção, preservação da vida e controle externo da atividade policial.

SABATINA/PAULA BELMONTE

“A pessoa no DF morre antes de chegar ao hospital”

Candidata do PSDB aponta que dará prioridade à saúde e ao meio ambiente. E fala sobre seu marido, suplente de senador de outra legenda: “A política na minha casa sou eu”

LUÍS TAJES

Por Isabel Dourado e Rudolfo Lago

A candidata do PSDB ao Governo do Distrito Federal, Paula Belmonte, presidiu, na Câmara Legislativa, a CPI do rio Melchior, que investigou a situação de grande poluição do rio e o plano de se construir uma usina termoeletrica no Distrito Federal. Ao final, com grande cobertura do Correio da Manhã, que acabou recebendo um prêmio pela atuação, conseguiu-se evitar a usina. Na sua sabatina, a candidata do PSDB afirma que dará prioridade à questão ambiental caso seja eleita. Ela também fala de saúde e educação. E rebate a influência de seu marido, Luís Felipe Belmonte, na sua vida política. “A política lá em casa é Paula Belmonte”, afirma ela.

Candidata, seu marido, Luís Felipe Belmonte, esteve envolvido na tentativa de criação de um partido, o Aliança pelo Brasil, para o ex-presidente Jair Bolsonaro. a senhora se declara uma política independente. Mas como é essa influência de seu marido nas suas posições políticas?

É importante colocar isso, principalmente como esposa e como mulher. Eu fico muito feliz do apoio que eu recebo do meu marido, de eu continuar com essa independência. A gente, com certeza, converge em muita coisa na criação dos nossos filhos. O que ele fez, ele estava lá nas convicções dele. Eu sou uma deputada independente e fiz muitos trabalhos que envolvem todos os parlamentares ali. Eu fui o centro, vamos dizer assim, que trouxe convergências. Eu acredito que hoje o Brasil está precisando sair desses polos e construir. O que construir? Construir uma escola de qualidade para as nossas pessoas, uma dignidade nos hospitais. O Brasil é rico. E eu tive a oportunidade de morar fora e a gente vê que países muito menos ricos que nós, com menos capacidade industrial, com menos capacidade agrícola, têm mais dignidade para as pessoas.

Mas aí a atuação política da senhora está dissociada



Paula Belmonte: “O que fizeram com o BRB foi um crime”

da atuação do seu marido?

Meu marido não é político. Ele foi por um determinado momento, mas ele não é político. E tanto é da minha independência e do respeito à minha independência que meu marido é primeiro suplente de um senador da República [Izalci Lucas, na época no PSDB, hoje no PL] que concorreu ao governo na eleição passada, e eu estava num outro projeto político, querendo trazer o [José Antonio] Reguffe [na época no Uniao Brasil, hoje no Solidariedade] como governador do nosso Distrito Federal. Ele respeitou plenamente. Então, na realidade, existe um respeito de uma mulher e de um homem, e eu acho isso muito saudável. Quem é política na minha casa é Paula Belmonte.

A senhora propõe a ampliação de escolas em tempo integral, mas a gente sabe que demanda muitos recursos. Como isso vai funcionar na prática?

Quando a gente fala de escola integral, estamos falando de um preparo das pessoas para chegarem qualificadas na sua vida, na sua juventude e na sua vida adulta. E como que a gente vai fazer isso? Hoje, o Distrito Federal tem R\$ 13 bilhões na Secretaria de Educação, e R\$ 600 milhões são gastos em transporte escolar. Aí a gente fala assim: “Nossa, que bom que nós temos

o transporte escolar”. Mas isso significa que a escola não está perto dos nossos estudantes. Se nós pegarmos esse dinheiro de R\$ 600 milhões e construirmos escolas, nós modificamos aquelas regiões e vamos fazer com que as empresas, que são as máfias do transporte escolar, acabem, e a gente leve a escola para casa. Nós vamos tirar Brasília do último lugar do Ideb e levar para o primeiro lugar.

Os documentos que estão se tornando públicos com relação à investigação do caso Master/BRB apontam uma possibilidade de um rombo acima daqueles alegados R\$ 12 bilhões. Como resolver essa questão? como solucionar essa crise?

Esse rombo, de R\$ 12 bilhões ou R\$ 17 bilhões, eu não sei se é verdade. Isso é a Polícia Federal que fala, mas pode chegar a R\$ 30 bilhões. Por isso, a gente pede para a atual governadora botar na mesa o balanço. Porque, se ela não colocar, é um estelionato eleitoral. Como que a gente vai para uma eleição se a gente não sabe o que aconteceu, qual é o déficit do Banco de Brasília? O que aconteceu no BRB não foi só má gestão. Foi um crime.

A senhora enxerga saída para o Banco de Brasília?

Eu não sei. Eu sei que eu vou lutar para que o Banco de Bra-

sília se torne o centro do Distrito Federal. Agora, eu não posso me comprometer com algo que a gente não sabe. A gente precisa dos números.

Estudos da Universidade de Brasília apontam diferenças de temperatura de até 3°C entre áreas mais arborizadas, como o Plano Piloto, e regiões com menor cobertura vegetal. Quais são as propostas na área ambiental e climática?

Eu fui presidente da CPI do Rio Melchior. Estavam querendo instalar uma termoeletrica que iria mudar a temperatura da água do Rio Melchior em 4°. Nós conseguimos evitar isso. Agora, esse governo colocou a Serrinha como uma das garantias do BRB. A Serrinha é onde nós temos as nossas nascentes. Nessa época do ano, nós temos em Brasília os ipês. São árvores, porém, que a gente só vê no Plano Piloto. Isso, sim, é uma discriminação. Por que as árvores, as nossas árvores, não estão nas regiões administrativas? Por que as nossas crianças não têm parques para que elas possam brincar?

O DF passou por uma rápida expansão urbana e hoje tem cerca de três milhões de habitantes, o que aumenta a pressão sobre o sistema de transporte e os deslocamentos diários.

Quais são as suas propostas para melhorar a mobilidade no DF?

No primeiro dia de governo, nós vamos criar um gabinete de combate à corrupção. E o gabinete de combate à corrupção vai fazer com que a gente tenha auditoria no que está sendo feito na Secretaria de Mobilidade. Hoje, nós temos cinco empresas que não têm livre concorrência e que fazem com que o metrô não tenha expansão. A expansão do metrô vai acontecer para a Asa Norte, vai acontecer para Santa Maria, vai acontecer até Águas Lindas, vai acontecer também o monotrilho até Planaltina. Aí perguntam: “Como que é que a gente vai fazer isso? Com que dinheiro?” Vamos trazer dinheiro, sim, do governo federal, porque nós não vamos ter problema com o presidente que será eleito. Nós vamos trazer, sim, dinheiro do BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento]. Nós queremos estudar a possibilidade de o transporte de Brasília ser de graça para as pessoas, mas com responsabilidade, com ônibus chegando no horário, com ônibus tendo respeito às nossas mulheres, com ônibus tendo respeito aos moradores e com integração com as nossas estações de metrô.

Um outro ponto sempre muito questionado aqui no Distrito Federal é a questão da saúde. Como resolver o gargalo da saúde no DF?

O usuário está morrendo antes de chegar no hospital. Então, dentro do nosso plano de governo, a nossa responsabilidade é o fortalecimento da atenção primária. É os Agentes Comunitários de Saúde estarem lá na ponta junto com as pessoas. Não há hoje uma única Unidade Básica de Saúde com equipe completa. E temos que acabar com as várias máfias. A máfia do remédio, a máfia da prótese, a máfia do exame, que fica um monte de empresas de exame em volta e o exame não acontecendo dentro do hospital. As pessoas quebram um fêmur e ficam vinte dias esperando uma cirurgia. Quando acontece, o osso já calcificou errado. Não é possível. Isso não pode mais acontecer.

BRASILIANAS

POR WILLIAM FRANÇA



DF tem 78,8% das famílias endividadadas e 50,9% com contas em atraso

Consumo das famílias do DF recua e volta à zona de insatisfação

No Dia do Cliente, celebrado ontem (15 de setembro), os indicadores mostram um consumidor mais cauteloso no Distrito Federal. Com 78,8% das famílias endividadadas e 50,9% com contas em atraso, a situação financeira pressiona o orçamento e reduz a disposição para consumir. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a Intenção de Consumo das Famílias do DF ficou em 98,7 pontos em agosto, segundo mês consecutivo abaixo de 100 pontos, limite que separa a percepção de satisfação da de insatisfação. Em junho, o índice estava em 103,2 pontos e caiu para 99,5 em julho, até atingir a menor medição dos últimos 12 meses. A análise por faixa de renda mostra comportamentos distintos: entre famílias com rendimento de até dez salários mínimos, o indicador ficou em 91,3 pontos, contribuindo para a queda geral; já entre aquelas com renda superior a dez salários mínimos, o índice alcançou 114,7 pontos, mantendo-se na zona de satisfação. Os componentes da pesquisa também revelam contrastes. Para o presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, o cenário reforça a importância de estratégias que combinem preço, atendimento, relacionamento e condições adequadas de pagamento para sustentar as vendas em um ambiente de maior cautela.



Bloco Rivotrio - bandiera Direito à Loucura

Arte e saúde mental no Museu Nacional

O Museu Nacional da República recebe desde ontem, até 8 de novembro, a segunda edição de Desalinhos e Costuras — Arte e Loucura, iniciativa que apresenta a produção de cinco artistas premiados entre 430 inscrições de todo o país e que desenvolvem seus trabalhos em contextos de cuidado em saúde mental. A exposição Delirar a Vida | Refazer o Mundo, sob curadoria de Tânia Rivera, reúne pinturas, bordados, palavras e outras linguagens de Evandro Câmara, Sol, Vanesa Liberato, Igor Alves e Altair Algudás, além de rodas de conversa, cineclubes, performances e apresentações artísticas. A chamada nacional evidencia a diversidade de trajetórias e o desafio de aproximar linguagens e territórios sem apagar singularidades, convidando o público a reconhecer os autores para além dos diagnósticos e a perceber a criação como campo de expressão e participação cultural. A proposta nasceu da artista Yasmin Adorno, em parceria com os coletivos Bloco do Rivotrio, Maluco Voador e Cia Atravessa a Porta.

Apesar disso, economia do DF segue avançando

Apesar da cautela observada no comportamento do consumidor, a atividade econômica do Distrito Federal mantém desempenho positivo no acumulado do ano. Dados recentes mostram que o comércio varejista cresceu 7,4% no primeiro semestre, enquanto o setor de serviços avançou 9,1% no mesmo período, indicando que o mercado local segue aquecido e com fluxo consistente de operações. O movimento revela que, mesmo mais seletivo, o consumidor continua ativo, ajustando escolhas, priorizando necessidades e avaliando com mais rigor preço, condições de pagamento e qualidade do atendimento. A combinação entre maior atenção ao orçamento e manutenção da atividade econômica sugere que o DF atravessa um momento de reorganização do padrão de consumo, no qual decisões são tomadas com mais critério, mas sem interrupção do ciclo de compras. Para o presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, compreender esse comportamento é essencial para sustentar o ritmo das vendas: “estratégias comerciais mais alinhadas às demandas do cliente”.

Ivan Lins celebra 80 anos com show gratuito

A CAIXA Cultural Brasília apresenta, no Jardim das Esculturas, o espetáculo IVAN LINS 80 anos, que celebra a vida e a carreira do compositor e intérprete em apresentação gratuita no dia 19 de setembro. O show percorre diferentes fases de sua trajetória por meio de um roteiro construído a partir de memórias, parcerias e canções que marcaram gerações, reunindo sucessos consagrados, obras emblemáticas e músicas menos conhecidas escolhidas pelo artista por sua relevância afetiva e artística. A programação inclui oficina de música com Nema Antunes e abertura com a DJ Karla Testa. Reconhecido nacional e internacionalmente, Ivan Lins consolidou uma obra que se destaca pela sofisticação melódica, riqueza harmônica e profundidade poética, desde a estreia no 5º Festival Internacional da Canção, em 1970, até parcerias com Vítor Martins e gravações por nomes como Quincy Jones, George Benson, Ella Fitzgerald, Barbra Streisand e Sting. No palco, o repertório reúne canções como ‘Madalena’, ‘Vitoriosa’, ‘Lembra de Mim’, ‘Iluminados’, ‘Lua Soberana’ e ‘Começar de Novo’, organizadas em blocos.



Notas fiscais falsas davam a aparência de legalidade à circulação de produtos

PCDF investiga esquema que acumula débitos de R\$ 39 milhões

Empresa em nome de empregada doméstica emitia documentos falsos

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) deflagrou ontem (15) a Operação Lastro Oco para investigar um esquema que envolveria produtos agrícolas do Programa de Assentamento Dirigido (PAD-DF), crimes tributários e lavagem de dinheiro. A ação é conduzida pela Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Ordem Tributária (DOT/Decor), que cumpriu quatro mandados de busca e apreensão. As apurações começaram após autuações fiscais relacionadas a uma empresa fictícia registrada em nome de uma laranja, que afirmou à PCDF desconhecer o empreendimento e trabalhar como empregada doméstica. O débito tributário atribuído ao negócio soma R\$ 39,6 milhões. Segundo a investigação, a firma teria sido utilizada para emitir documentos fiscais falsos em operações de valores elevados. Para a PCDF, a empresa participava de operações milionárias para conferir aparência de regularidade à circulação dos produtos. Os documentos também teriam sido usados para regularizar o transporte de mercadorias de origem diferente da indicada nas notas. Entre os produtos, está soja produzida na região do PAD-DF.

Em setembro de 2022, dois caminhões foram parados no mesmo posto de fiscalização da BR-060. Os veículos levavam 67 toneladas de soja sem documentação fiscal. As notas foram apresentadas somente depois do início da fiscalização e haviam sido emitidas pela empresa investigada. Os documentos apontavam o estado de Minas Gerais como origem da carga. Um dos motoristas informou que a soja havia sido carregada no PAD-DF. Segundo ele, recebeu orientação para sair do local sem nota fiscal, que seria entregue depois. Os depoimentos dos transportadores permitiram identificar responsáveis pela contratação dos fretes. A investigação busca apontar os beneficiários econômicos e esclarecer a movimentação dos valores. Também são analisadas relações entre empresas de commodities, transporte e corretagem ligadas aos investigados. O levantamento patrimonial identificou 17 veículos, avaliados em R\$ 2,3 milhões, registrados em nome dos investigados. Os envolvidos poderão responder, conforme a participação individual, por crimes contra a ordem tributária, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Lei eleitoral proíbe o uso do recurso para propaganda negativa.

Justiça suspende impulsionamento de Zeca Dirceu contra Mario Frias

Em decisão liminar, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) determinou que Zeca Dirceu(PT-PR) cesse, em até 24 horas, o impulsionamento pago de um vídeo no Facebook contra Mario Frias(PL-SP). A decisão liminar, do juiz Ronnie Herbert Barros Soares, atende a pedido de Frias, que alegou que a publicação patrocinada associa seu nome e imagem a operação policial, desvio de recursos públicos e prática criminosa. O relator apontou que a legislação eleitoral permite impulsionamento para promover candidatos, mas proíbe o uso do recurso para propaganda negativa. O vídeo poderá continuar circulando de forma orgânica. O Facebook também foi intimado a interromper o impulsionamento em 24 horas, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil, limitada a 30 dias. O TRE-SP ainda analisará o mérito e não avaliou, nesta decisão, a veracidade das afirmações do vídeo.

MP envia dados sobre coronéis à Justiça Militar

O Ministério Público de São Paulo enviou à Justiça Militar informações sobre três coronéis da PM citados na Operação Janus, que investigou operadores financeiros suspeitos de lavar dinheiro para o PCC. São mencionados José Augusto Coutinho, ex-comandante-geral da PM, Luiz Carlos Pereira Martins e um oficial identificado como Patrício. Os três não foram alvos da operação. Documentos apontam contatos e referências aos militares em mensagens e registros dos investigados.

DIVULGAÇÃO/MP-SP



Coronéis não foram alvos da operação, mas aparecem em registros

TRE-SP nega pedido de Tarcísio contra Sâmia...

A Justiça Eleitoral negou pedido liminar de Tarcísio de Freitas(Republicanos) para retirar das redes sociais publicações de Sâmia Bomfim(PSOL) que o associam à intenção de “pregar ideias nazistas e fascistas em sala de aula”. A juíza Claudia Fanucchi, do TRE-SP, considerou que, apesar da gravidade da frase, é preciso analisar se houve informação falsa ou crítica política. A magistrada também citou que as postagens são de 26 de agosto e a ação só foi apresentada em 13 de setembro. O processo seguirá para análise do mérito.

..e nega pedido de Haddad contra deputada de MG

O TRE-SP também negou pedido liminar de Fernando Haddad(PT) e da coligação Desperta São Paulo para retirar publicações do PL e de Alessandra Silva Ribeiro, candidata a deputada estadual em Minas Gerais, das redes sociais. A ação aponta uso de inteligência artificial e informações supostamente falsas ou fora de contexto. O juiz Ronnie Herbert entendeu que é preciso analisar melhor as postagens e ouvir os representados.

Tarcísio sobre o Metrô

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou nesta terça(15), que a “concentração do mercado em poucas empresas pesou na decisão de rever novas privatizações” do Metrô. Segundo ele, a estatal tem apresentado “boa operação”. Tarcísio também defendeu que o Metrô assuma a Linha 17-Ouro, hoje prevista no contrato da ViaMobilidade.

Nota Faesp sobre STF

A Faesp e sindicatos rurais paulistas defenderam transparência, segurança jurídica e respeito ao devido processo legal no julgamento sobre Alexandre de Moraes no STF. Em nota, o presidente da entidade, Tirso Meirelles, afirmou que a estabilidade institucional é necessária para investimentos, planejamento e geração de empregos no país.

Reajuste em contrato

A Secretaria da Administração Penitenciária de SP autorizou reajuste de 3,6% no contrato de coleta e destinação de resíduos do Centro de Progressão Penitenciária Feminino do Butantan. O valor por metro cúbico passa de R\$ 92,60 para R\$ 95,97. O reajuste tem efeito retroativo a 13 de maio de 2026. Custo mensal previsto será de R\$ 17,3 mil.

Violência sexual feita por IA

Projeto de lei do deputado federal Bruno Ganem (Podemos-SP) prevê punição para a criação, posse e divulgação de conteúdo de violência sexual contra crianças e adolescentes produzido por inteligência artificial, mesmo sem envolver vítimas reais. A proposta estabelece pena de três a cinco anos de prisão e multa e inclui a simulação entre os crimes hediondos.

Descontos indevidos INSS

A deputada federal Adriana Ventura (Novo-SP) apresentou requerimento cobrando novas informações do Ministério da Justiça sobre a transferência da equipe responsável pela Operação Sem Desconto, que apura descontos indevidos em benefícios do INSS. Ela afirma que a resposta anterior da Polícia Federal deixou ao menos nove de 12 perguntas sem resposta.

Alagamentos na Zona Leste

O deputado estadual, Donato(PT), apresentou requerimento à Alesp cobrando da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística informações sobre a operação da Barragem da Penha durante as chuvas de 11 de setembro. O parlamentar questiona o fechamento das seis comportas e se a medida teve relação com os alagamentos na Zona Leste da capital.

ANDRE SOUZA



Derrite (PP) registra a maior arrecadação, com R\$ 6,9 mi. Tebet (PSB), R\$ 6,6 mi.

Derrite e Simone receberam quase R\$7 milhões na disputa ao Senado

Receitas declaradas pelos candidatos ao TSE vão de R\$ 18 mil a R\$ 6,9 milhões

Da **Redação**

As campanhas dos candidatos ao Senado por São Paulo apresentam diferenças de milhões de reais na arrecadação para as eleições de 2026. Dados declarados à Justiça Eleitoral mostram receitas que vão de R\$ 18,3 mil a R\$ 6,9 milhões. As informações constam no DivulgaCandContas, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Entre os valores declarados, Guilherme Derrite (PP) registra a maior arrecadação, com R\$ 6.906.140,01. Na sequência aparece Simone Tebet (PSB), que soma R\$ 6,6 milhões. Geraldo Rufino (Podemos) contabiliza R\$ 6.055.333,34, enquanto André do Prado (PL) tem R\$ 6 milhões. Assim, quatro campanhas paulistas já ultrapassaram a marca de R\$ 6 milhões em recursos recebidos.

O limite de gastos para uma candidatura ao Senado por São Paulo em 2026 é de R\$ 7.115.522,46. Derrite, portanto, já arrecadou valor equivalente a aproximadamente 97% desse teto. A comparação, porém, não significa que a campanha tenha utilizado esse montante: o limite estabelecido pela Justiça Eleitoral é aplicado às despesas, e não ao total de recursos que entram na campanha.

Em outro grupo aparecem Ricardo Salles (Novo),

que declarou R\$ 3.658.500, e Marina Silva (Rede), com R\$ 2.891.225,20. A diferença entre a arrecadação registrada por Derrite e a de Marina supera R\$ 4 milhões.

As cifras caem para menos de R\$ 110 mil entre as candidaturas com menor volume de recursos. Weller Gonçalves (PSTU) declarou R\$ 107 mil, enquanto Dra. Eliana Ferreira (PSTU) informou R\$ 87.647,50. Guto Schiavetto (Missão) registra R\$ 28.159.

Na parte inferior da relação estão Máira de Souza (UP), com R\$ 19.778,56, e Marcio Alves (UP), com R\$ 18.344,18. A diferença entre os valores registrados por Derrite e Marcio Alves supera R\$ 6,8 milhões.

A prestação parcial de contas considera a movimentação financeira e os recursos estimáveis em dinheiro registrados desde o início da campanha até 8 de setembro. Candidatos e partidos tiveram de encaminhar as informações à Justiça Eleitoral entre os dias 9 e 13 deste mês.

Os valores ainda podem sofrer alterações durante a campanha e não correspondem necessariamente ao total já gasto. O DivulgaCandContas também apresenta a origem das receitas, doadores, fornecedores e despesas declaradas pelas candidaturas.

RJ: o dia de campanha dos candidatos ao Governo

Douglas Ruas em sabatina no RJ1, da TV Globo; Eduardo Paes em Magé e Garotinho em Seropédica

Por Marcelo Perillier

A terça-feira, 15 de setembro, pode ter sido movimentada na política nacional pelo julgamento do Supremo Tribunal Federal, mas as campanhas estaduais não param e, no Rio de Janeiro, os candidatos Douglas Ruas (PL) e Anthony Garotinho (Republicanos) buscam os votos dos eleitores para forçar um se-

gundo turno contra Eduardo Paes (PSD).

O líder nas pesquisas esteve em Magé, na Baixada Fluminense, onde viajou de trem e falou com a população sobre as suas propostas para melhorar o sistema ferroviário estadual. O candidato pretende implementar o mesmo esquema que usou na Prefeitura do Rio para restaurar o sistema BRT na capital flumi-

nense e fazer uma parceria com a atual concessionária, a TrensRJ, para comprar veículos elétricos. Paes também falou em duplicar o ramal de Saracuruna.

Na sabatina no RJ1, Douglas Ruas (PL) falou que, no seu governo, não terá a aprovação automática nas escolas e que vai espalhar o sistema cívico-militar para demais regiões do estado. O candidato

também disse que investirá no ensino médio profissionalizante, para que o aluno, ao terminar o ciclo básico de estudo, saia para o mercado de trabalho com algum conceito básico profissional, e não totalmente cru.

Já o ex-governador Anthony Garotinho (Republicanos), em caminhada por Seropédica, na Baixada Fluminense, ficou emocionado

com o relato de uma moradora que, por oito anos, tinha o que comer graças ao Cheque Cidadão, programa no qual ajudava a população mais carente com uma ajuda financeira. Garotinho disse que são falas como estas que o comove a fazer política de qualidade. Ele também ressaltou trazer mais indústrias, empregos e fortalecer o comércio da cidade.

TEM SEMPRE UMA
SALA VIP PERTO
DE VOCÊ!

No Aeroporto de Brasília você pode escolher entre cinco Salas VIP para aguardar o seu voo.

SALA VIP DOMÉSTICA

SALA VIP EXPRESS SUL

SALA VIP EXPRESS NORTE

SALA VIP INTERNACIONAL

SALA VIP BRB EXCLUSIVA PARA CLIENTES BRB



Acesse o QR Code e confira os serviços e as condições de acesso de cada uma.



Os eventos foram identificados pela rede de estações sismográficas

Laboratório registra três tremores de terra em cidades do RN

Três tremores de terra foram registrados nas regiões dos municípios de Bento Fernandes e Poço Branco, no Rio Grande do Norte. Os eventos foram identificados pela rede de estações sismográficas do Laboratório Sismológico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LabSis/UFRN). O primeiro tremor ocorreu às 2h03, no horário de Brasília, na região de Bento Fernandes, e apresentou magnitude preliminar de 1.6 mR. Pouco menos de três horas depois, às 4h55, um segundo evento foi registrado em Poço Branco, com magnitude preliminar de 1.8 mR. O terceiro tremor ocorreu novamente na região de Bento Fernandes, às 11h08, também com magnitude preliminar de 1.8 mR. Segundo o LabSis/UFRN, até a divulgação das informações não havia relatos de moradores que tivessem sentido os tremores.

Morre promotor de Justiça Marinho Mendes

O promotor de Justiça Marinho Mendes Machado morreu na noite desta segunda-feira (14), em João Pessoa. A causa da morte não foi divulgada pela família. O Ministério Público da Paraíba (MPPB) decretou luto oficial de três dias pelo falecimento. O procurador-geral de Justiça, Leonardo Quintans Coutinho, destacou os serviços prestados por Marinho Mendes à instituição e a atuação dele na defesa dos direitos dos cidadãos e da democracia. Em nota, Quintans também registrou a solidariedade de todo o MPPB.

REPRODUÇÃO / MPPB



A causa da morte não foi divulgada pela família

AL: MP abre investigação contra influenciador

O Ministério Público Eleitoral em Alagoas abriu procedimento para apurar suposta prática de coação eleitoral nas redes sociais, em vídeo publicado pelo influenciador Rico Melquíades. De acordo com o MP, “o caso será encaminhado à Polícia Federal para apuração na esfera criminal, diante da possível incidência do artigo 301 do Código Eleitoral”. O artigo cita como crime “usar de violência ou grave ameaça para coagir alguém a votar, ou não votar, em determinado candidato ou partido, ainda que os fins visados não sejam conseguidos”.

MP/AL discute preservação da memória

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado de Alagoas (MP/AL) discutiram ações para preservar a memória sobre a ditadura militar no estado. A reunião tratou de recomendações para mudar nomes de espaços públicos, criar um centro de memória e ampliar o acesso a documentos. Pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) também participaram do encontro.

Investigação

O Ministério Público Federal (MPF) abriu investigação preliminar para apurar possível abuso de poder político e econômico nas eleições de 2026 no estado do Piauí. A apuração envolve lei sancionada pelo governador Rafael Fonteles (PT) que isenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos em atividades agropecuárias.

Ação da polícia

Doze pessoas foram presas em flagrante por suspeita de fraude durante a prova do concurso da Polícia Penal do Rio Grande do Norte. Dez prisões ocorreram em Mossoró e 2 em Natal. A Polícia Civil do RN identificou indícios do uso de equipamentos eletrônicos para transmitir respostas. Os suspeitos foram levados para procedimentos.

Clima

A previsão para esta semana aponta tempo estável na maior parte do Nordeste, com temperaturas elevadas e pouca chuva nas capitais. Teresina deve registrar a maior máxima, com 37,7°C e sem previsão de precipitação. São Luís tem a maior chance de chuva, de 35% durante o dia. O cenário deve seguir até quinta-feira (17).

Termo

A Defensoria Pública do Estado da Bahia assinou termo de cooperação para ampliar ações de qualificação profissional e educação em direitos no sistema prisional baiano. A iniciativa prevê atividades voltadas a pessoas privadas de liberdade e egressas, com participação da Escola Superior da Defensoria Pública.

Internação

O ex-presidente da República José Sarney, de 96 anos, foi internado na tarde do último final de semana, em um hospital de São Luís (MA), para tratar um quadro de pneumonia. Segundo boletim do UDI Hospital, da Rede D’Or, ele está clinicamente estável, com pressão arterial controlada e respirando sem auxílio de aparelhos.

Acidente

Um grave acidente de trânsito foi registrado na BR-110, no município de Alagoinhas, região da Bahia, vitimou fatalmente o empresário manauara Orlan Cavalcante Guimarães no último final de semana. Orlan passava férias no estado nordestino acompanhado da namorada, a personal trainer Maria Nádia Brandão.



O piloto mineiro decolou da rampa de Tanque d’Arca no dia 13

Piloto bate recorde de distância em voo livre em Alagoas

Samuel Milani fez o trajeto em 13 de setembro, com apoio local e resgate

Da **Redação**

O piloto mineiro Samuel Milani estabeleceu o novo recorde de distância de Alagoas no parapente ao percorrer 380,4 km em linha reta, em voo iniciado na rampa de Tanque d’Arca, em 13 de setembro. O trajeto durou cerca de 9 horas e alcançou 390 km no registro pelo OLC. O voo começou em uma região de céu aberto e exigiu atenção às condições encontradas ao longo da rota.

Milani planejou a decolagem com base na previsão meteorológica e na possibilidade de permanecer no ar durante todo o dia. Os primeiros 30 km foram a parte mais difícil da rota, devido ao céu aberto e ao terreno mais plano. Sem nuvens para indicar as áreas de ascendência, o piloto precisou identificar as correntes de ar durante o percurso.

Outro obstáculo foi a presença de áreas de jurema sem pontos visíveis para pouso. Para manter uma margem de segurança, Milani alterou a direção em alguns trechos e fez desvios da linha mais direta. Depois das 13h, uma mudança nas condições atmosféricas elevou o teto de voo de cerca de 1.600 metros para aproximadamente 2.400

metros, permitindo a continuidade do trajeto até o fim da tarde.

A rampa de Tanque d’Arca fica em uma propriedade particular com acesso liberado aos pilotos. A área de decolagem é natural e pode ser alcançada por veículos convencionais em parte do caminho. Com um veículo 4x4, é possível chegar mais perto do ponto de partida e concluir o restante a pé. Segundo a Confederação Brasileira de Voo Livre (CBVL), o local ainda é pouco explorado para voos de longa distância.

A localização da rampa, na transição para a região mais árida de Alagoas, favorece voos iniciados cedo. Para nordeste, há maior presença de estradas de chão, o que torna o deslocamento mais complexo.

A marca alcançada em Alagoas está ligada ao trabalho do Clube Alagoas de Voo Livre. A entidade atua no desenvolvimento do voo de distância no estado e auxiliou na preparação da tentativa. Samuel Milani recebeu apoio de Emerson Miranda, que ajudou na organização, ofereceu hospedagem na véspera e realizou o resgate após o pouso. O piloto havia feito contato com Miranda 3 dias antes da decolagem.



A apresentação foi conduzida pelo secretário-geral do MP-AP

MP-AP apresenta ações de gestão com foco em modernização

A Administração Superior do Ministério Público do Amapá (MP-AP) reuniu, na sexta-feira (11), procuradores, promotores de justiça e servidores convidados para apresentar os resultados alcançados pela gestão no biênio 2025/2026. O encontro também marcou a inauguração do novo auditório da instituição, espaço planejado para receber grandes eventos institucionais. A apresentação foi conduzida pelo secretário-geral do MP-AP, André Araújo, e organizada em cinco eixos estratégicos: obras e infraestrutura, tecnologia, mobilidade, sustentabilidade e gestão de pessoas. As principais iniciativas realizadas em cada área foram destacadas com demonstração dos investimentos e das ações de gestão que contribuem para o aprimoramento das atividades do Ministério Público em todos os municípios amapaenses.

Ações da Ouvidoria Indígena em Roraima

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, acompanhou ações da Ouvidoria dos Povos Indígenas na comunidade Maturuca, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. A iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR) busca ouvir demandas e ampliar o acesso de indígenas. Roraima tem a maior proporção de população indígena do país: mais de 97 mil pessoas pertencentes a alguma etnia, o equivalente a 13% da população do estado.



Ouvidoria Indígena na comunidade Maturuca

MPF garante revogação de reintegração

O Ministério Público Federal obteve a revogação de ordem de reintegração de posse de imóveis rurais no Projeto Fundiário Jaru Ouro Preto, Gleba Rio Alto, Setor Nova Floresta, em Rondônia. A área fica próxima ao Projeto de Assentamento (PA) Nova Floresta, e está situada nos municípios de Jaru e Governador Jorge Teixeira (RO). A decisão da 5ª Vara Federal Ambiental e Agrária de Rondônia acolhe a posição defendida pelo MPF desde 2021 sobre a necessidade de aprofundar os levantamentos fundiários antes da adoção de medidas.

MPRO empossa dois novos procuradores

O Ministério Público do Estado de Rondônia (MPRO) recebeu, na última semana, Rodrigo José Dantas Lima e Jorge Romcy Auad Filho como novos integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça. A cerimônia de posse dos procuradores de Justiça, realizada no prédio-sede, em Porto Velho, robusteceu a atuação da instituição no segundo grau de jurisdição. A solenidade foi presidida pelo Procurador-Geral de Justiça.

Encontro

O Tribunal de Justiça de Rondônia participou do V Encontro de Gestão Penal do Estado de Rondônia, realizado na última semana. A programação reuniu gestores, magistrados para discutir governança, legislação, saúde, reintegração social e valorização de servidores. O juiz Bruno Darwich participou de painel sobre o Plano Pena Justa.

Saúde

A Secretaria de Estado da Saúde do Amapá abriu concurso para formar cadastro de reserva com 4.210 oportunidades em 89 cargos. As vagas são para níveis médio, técnico e superior e estão distribuídas em 3 regiões do estado. As inscrições seguem até 13 de outubro, pelo site do Instituto AOCF. Os salários podem chegar a R\$ 11.866,42.

Doação de sangue

A Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia (Fhemeron) reforçou o pedido por doadores devido ao nível crítico dos estoques da Hemorrede Estadual. A maior necessidade é pelos tipos O positivo (O+) e O negativo (O-), mas todos os grupos são necessários. Podem doar pessoas de 16 a 69 anos, com peso mínimo de 50 kg.

Cadastro

A Prefeitura de Marabá, no Pará, abriu processo seletivo simplificado para formar cadastro de reserva no Serviço de Saneamento Ambiental de Marabá (SSAM). Há funções para níveis fundamental, médio e superior, com salários de R\$ 1.621 a R\$ 2.410,19, além de auxílio-alimentação de R\$ 750. As inscrições serão de 21 a 25 de setembro.

Processo

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por meio do Centro de Ciências do Ambiente (CCA), abre as inscrições para o processo seletivo da especialização em Gestão Municipal Inteligente e Sustentável na Amazônia. A formação é gratuita e oferece 100 vagas, com prioridade para profissionais e lideranças.

Clima

Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) emitiu aviso para Mâncio Lima, no Acre, e 35 municípios do Amazonas. A previsão indica chuva de até 50 mm por dia e ventos de 40 a 60 km/h. O cenário pode causar alagamentos, queda de galhos e descargas elétricas. A Defesa Civil recomenda evitar árvores e equipamentos ligados à tomada.



Novas unidades abrangem cerca de 668,6 mil hectares

União cria quatro reservas sustentáveis no Amazonas

Decretos criam espaços em municípios na área de influência da BR-319

Da Redação

O Governo Federal criou 4 Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no Amazonas, com área conjunta de cerca de 669 mil hectares. Os decretos foram assinados em 8 de setembro, em cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília. As unidades ficam na área de influência da BR-319 e abrangem Borba, Beruri, Tapauá, Careiro, Autazes e Humaitá.

As novas áreas são a RDS Tupana Igapó-Açu I, em Borba, com 114.076 hectares; a RDS Tupana Igapó-Açu II, entre Beruri e Tapauá, com 422.100 hectares; a RDS Canaã, em Careiro e Autazes, com 109.607 hectares; e a RDS Mirari, em Humaitá, com 22.775 hectares. Juntas, elas ampliam a proteção territorial no sul do estado.

A categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável permite a permanência de populações tradicionais e o uso dos recursos naturais conforme regras de manejo. A criação das unidades busca proteger a biodiversidade e os modos de vida de comunidades agroextrativistas que vivem nos territórios alcançados pelos decretos. A medida também estabelece regras para conservação e

utilização dos recursos. A RDS Tupana Igapó-Açu II concentra a maior extensão entre as novas unidades, com 422.100 hectares distribuídos entre Beruri e Tapauá. A RDS Mirari tem 22.775 hectares e foi criada em Humaitá, com foco na proteção de ambientes florestais e aquáticos. A RDS Tupana Igapó-Açu I e a RDS Canaã completam o conjunto criado pelo Governo Federal.

Os decretos fazem parte de medidas anunciadas durante uma cerimônia realizada em referência ao Dia da Amazônia, celebrado em 5 de setembro. Na mesma agenda, o Governo Federal assinou contratos de concessão florestal na Floresta Nacional de Humaitá e anunciou recursos para iniciativas relacionadas à restauração, à gestão territorial e à sociobioeconomia.

No Amazonas, as novas reservas estão concentradas na área de influência da BR-319, rodovia que liga Manaus a Porto Velho. A definição dos territórios cria unidades de conservação federais em locais onde vivem comunidades que utilizam recursos naturais para atividades tradicionais. O modelo permite conciliar a conservação ambiental com o uso sustentável autorizado. A medida reforça o ordenamento territorial.



Entre 55,6% e 69,2% das plantas estariam ameaçadas

Espécies de orquídeas correm risco de extinção, aponta estudo da UFPR

Um estudo com participação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) estima que entre 55,6% e 69,2% das espécies de orquídeas estejam sob risco de extinção. A revisão, publicada na revista Biodiversity and Conservation, avaliou dados globais até março de 2025 e reuniu pesquisadores da Austrália, Camarões, Estados Unidos, França, Madagascar e Reino Unido. O trabalho tem como coautor Eric de Camargo Smidt, do Departamento de Botânica da UFPR e Autoridade da Lista Vermelha para Orquídeas Sul-Americanas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). A análise apontou lacunas na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas: das 30 mil espécies, apenas 2 mil foram mapeadas. As Américas Central e do Sul e a Ásia tropical estão entre as regiões menos representadas. O estudo relaciona a vulnerabilidade ao extrativismo, ao comércio ilegal e à dependência ambiental.

MPF apura aumento no pedágio entre SC e PR

O Ministério Público Federal (MPF) investiga se o reajuste no pedágio feito pela Arteris Litoral Sul nas BRs 101 e 376, entre Santa Catarina e Paraná, segue os contratos de concessão. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou uma revisão extraordinária, além do reajuste ordinário. A apuração considera despesas com desapropriações, envio de notificações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), efeitos da pandemia sobre insumos e serviços e o impacto nos custos de túneis do Contorno de Florianópolis.



Órgão analisa se o reajuste segue os contratos de concessão

RS: guia analisa como psicologia influencia voto

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) lançou a cartilha eleitoral “Como eu voto: um guia sobre como decidimos em quem votar”, que explica, com base na Psicologia, como as pessoas constroem escolhas políticas. O material foi produzido pelo psicólogo Gianluca Oliveira-Soares e pelo professor Adolfo Pizzinato, do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da UFRGS. A publicação é uma iniciativa do Núcleo de Estudos e Intervenção Psicossocial à Diversidade (NEPsiD) e está disponível gratuitamente.

Inadimplência cresce no PR, aponta Fecomércio

A inadimplência alcançou 18,5% dos consumidores do Paraná em agosto, ante 17,9% em julho e 12,4% no mesmo mês de 2025. O índice é o segundo menor do país, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Já o endividamento chegou a 88%, alta de 2,3% em um ano, ficando em 5º lugar no país.

Licenciamento ambiental

O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) promove, entre hoje (16) e o próximo dia 23, webconferências sobre a Lei Geral do Licenciamento Ambiental (LGLA). Os encontros serão virtuais, com transmissão pelo YouTube, e não exigem inscrição. As sessões abordarão as Leis Federais nº 15.190/25 e nº 15.300/25 e seus impactos.

Fiscalização eleitoral

As Promotorias Eleitorais de Florianópolis (SC) recomendaram à Guarda Municipal e à Polícia Militar ações de fiscalização e prevenção contra a instalação irregular de propaganda eleitoral em vias públicas. A medida busca garantir a segurança de pedestres, ciclistas e motoristas, além de manter a circulação urbana durante a campanha.

Parna Guaricana

A 11ª Vara Federal de Curitiba (PR) condenou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a concluir, em 18 meses, os procedimentos para termos de compromisso com indígenas e agricultores do Parque Nacional Guaricana. A decisão também exige o diagnóstico dos extrativistas de palha que vivem na unidade.

OAB-RS reúne autoridades

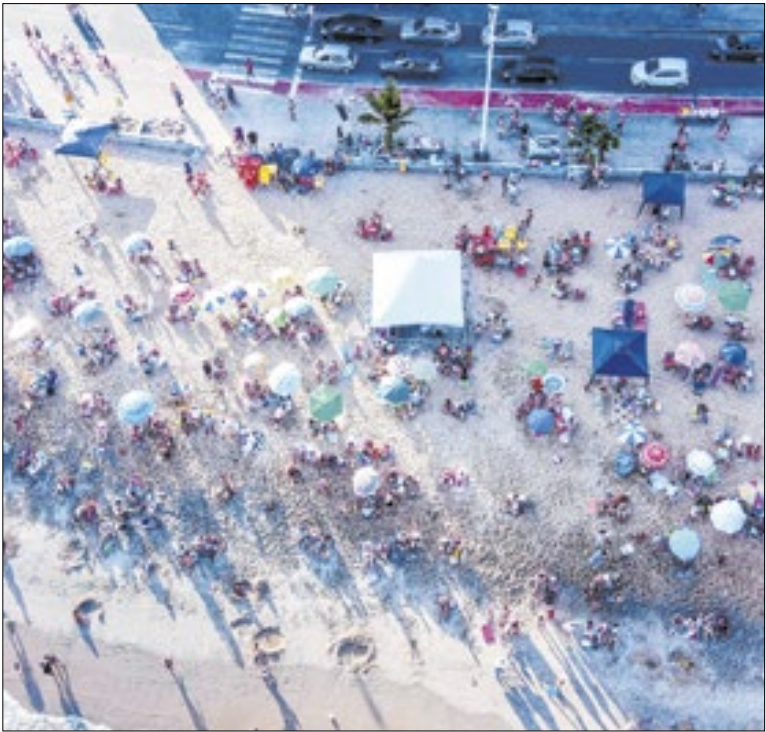
A Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Sul (OAB-RS) promoverá, na sexta-feira (18), em Caxias do Sul (RS), a 3ª edição do Colégio de Presidentes das Comissões de Direito Ambiental. O encontro reunirá representantes de diferentes regiões gaúchas para discutir a atuação na área, compartilhar experiências e alinhar ações.

Seleção para diretores

Itajaí (SC) está selecionando 99 diretores para a Rede Municipal de Ensino. São 59 na Educação Infantil e 40 no Ensino Fundamental/Educação em Tempo Integral. A participação é gratuita para servidores efetivos que atendam ao Edital nº 059/2026. As inscrições seguem até esta quarta-feira (16), no site da Universidade do Vale do Itajaí.

Ausência nas eleições

Eleitores fora do domicílio eleitoral poderão justificar a ausência às urnas, das 8h às 10h, na estação ferroviária e, das 10h às 17h, na rodoviária de Curitiba (PR) no 1º e em eventual 2º turno das Eleições 2026. A medida foi definida pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR), em conjunto com a Serra Verde Express e a Urbanização de Curitiba.



Obras não estão ligadas à rede de esgoto e desconsideram estudos de impacto

MPF cobra Barra Velha (SC) sobre sombreamento e danos na orla

Edificações bloqueam a luz solar da vegetação de restinga antes das 13h

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra o município de Barra Velha (SC) e a Fundação Municipal do Meio Ambiente (Fundema) para impedir que ocorram novos danos à orla e o sombreamento da praia antes das 17h no solstício de inverno.

O órgão pede o cancelamento de licenças urbanísticas e ambientais para condomínios, hotéis e empreendimentos semelhantes que projetem sombra sobre a vegetação de restinga ou sobre a faixa de areia.

A medida também alcança construções que ocupem de forma irregular terrenos de marinha, agravem a erosão costeira, não estejam ligadas à rede pública de tratamento de esgoto ou não tenham apresentado e obtido a análise adequada do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

O MPF quer ainda impedir novas autorizações para futuros projetos que repitam essas mesmas características.

Segundo a ação, as licenças também devem ser anuladas quando concedidas sem a conclusão, aprovação e regulamentação do plano municipal de mobilidade urbana ou sem estudo técnico sobre a capacidade de tráfego na orla. A análise deverá conside-

rar os efeitos na BR-101 e o impacto conjunto de obras já autorizadas e de novos empreendimentos.

A apuração começou após ser feita uma representação sobre a ocupação de áreas da União e de interesse ambiental, incluindo áreas de preservação permanente (APP).

A investigação também identificou a falta de revisão do plano diretor, prevista para 2018, além de mudanças nas regras de uso do solo e no zoneamento que permitiram a construção de edifícios altos na orla sem base técnica.

O caso envolve ainda a ausência de sistema público de tratamento de esgoto. Essa situação é objeto de outra ACP do MPF, em fase de cumprimento de sentença desde 2018. A ausência do serviço afeta as condições sanitárias e a balneabilidade das praias.

Na investigação sobre o sombreamento, o MPF verificou efeitos de edifícios de até 30 pavimentos já construídos na orla. Alguns lançam sombra sobre a praia e a restinga antes mesmo das 13h.

Depois desse horário e antes das 14h, a sombra alcança uma área extensa do mar.

Para o órgão, a falta de incidência solar também reduz as condições de uso da praia para lazer e acesso ao mar.

CORREIO
NO MUNDO



MARINHA DOS EUA

Moscou e Kiev dizem que é preciso garantias para que trégua vigore

Rússia e Ucrânia elogiam trégua de Trump, mas se atacam

A Rússia e a Ucrânia elogiaram o que chamaram de sugestão de Donald Trump para suspender os ataques contra a infraestrutura energética dos dois países. Ambos, porém, mantiveram as ações nesta terça-feira (15) e elencaram condições difíceis para a trégua prosperar. Na segunda-feira (14), o presidente dos Estados Unidos havia anunciado, com a usual fanfarra, que tanto Moscou quanto Kiev haviam aceitado a ideia e que isso poderia baixar os preços internacionais do diesel —que refletem mais a tensão provocada pela guerra de Trump contra o Irã e a disrupção do comércio de petróleo no Oriente Médio. Logo em seguida, o presidente ucraniano Volodimir Zelenski disse que aceitava a proposta, desde que houvesse garantias formais dos Estados Unidos de que Vladimir Putin faria o mesmo.

Dimitri Peskov elogia ideia do americano

Nesta terça, o porta-voz do Kremlin, Dimitri Peskov, disse que a “sugestão” de Trump “era uma ideia muito boa”. “É necessário garantir a navegação aqui, inclusive para petroleiros [no mar Negro, sob ataque ucraniano]. O regime de Kiev não mostrou tal disposição”, afirmou. Peskov ainda colocou mais uma condição para que os preços do petróleo sejam afetados pela situação na Rússia: o fim das sanções ocidentais ao comércio e ao transporte do produto. Nada disso está no radar de Trump agora.

THENEWS2/FOLHAPRESS



Zelenski aceita proposta, desde que Putin faça o mesmo

Enquanto isso, a guerra continua na Europa

Enquanto isso, drones ucranianos atingiram e incendiaram parte de uma refinaria em Sizran, cerca de 800 km a leste do país invadido. Em Belgorodo (sul), uma pessoa morreu durante um bombardeio, e houve relatos de explosões em unidades logísticas da varejista online Ozon e de outras empresas. Do lado russo, dois postos de combustível em Kiev foram alvejados diretamente nesta terça, e drones causaram um apagão na região centro-sul do país.

Trégua visa interesses americanos

A trégua anunciada por Trump visa seu público interno. Ele aparentemente acredita que é possível convencer eleitores de que o aumento de até 50% no preço da gasolina nos EUA este ano é reflexo direto da escalada da guerra na Rússia. Até há impacto, dado que em julho Putin teve de suspender a exportação de diesel e outros derivados, mas o barril de petróleo só viu seu preço disparar quando bombas americanas caíram sobre Teerã.

Negociações de paz

Trump também busca retomar as negociações de paz entre russos e ucranianos. Não é tarefa fácil: nesta terça, o chanceler Serguei Lavrov disse que Moscou continuará lutando se e quando houver conversas com os rivais. A crise tem elevado tensões com a Europa, e esta terça viu mais dois incidentes atribuídos à Rússia provocarem reações no continente.

Incidente internacional

No mais sério dos incidentes internacionais na região, uma fragata russa disparou sinalizadores contra um helicóptero militar Fennec da Dinamarca que se aproximou da embarcação, no mar Báltico. Um dos projéteis quase atingiu o aparelho, o que poderia ter levado até à sua queda, a depender do que fosse afetado.

Drones na Lituânia

Moscou não comentou o episódio. Copenhague convocou o embaixador russo para apresentar um protesto, e a premiê Mette Frederiksen disse que “a Rússia quer semear medo e discórdia”. Na Lituânia, um drone que invadiu o espaço aéreo vindo de Belarus foi derrubado por caças italianos, que participam da missão de proteção dos Estados Bálticos neste mês.

Origem não identificada

Não se sabe se o aparelho era russo ou ucraniano, mas, a ser repetido o padrão de incidentes anteriores, foi um drone perdido durante ataque. Em alguns casos, como na Polônia, em 2025, houve intrusões propositas que o Kremlin depois negou. Isso foi alvo de estudo do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres.

Campanha russa

Segundo o estudo, a Rússia montou uma campanha para testar as defesas aéreas e sistemas de alerta na Europa entre 2024 e 2026, enviando drones para diversos pontos. Um incidente mais grave ocorreu no mês passado, quando um drone com explosivos quase foi detonado ao lado de um avião de carga ucraniano em Leipzig.

De prontidão

O governo alemão acusou a Rússia, mas Moscou negou responsabilidade. Por fim, Moscou manteve a rotina de sinalizar prontidão com o voo de dois bombardeiros para ataques nucleares Tu-95MS sobre o mar de Barents, perto da Noruega, onde foram acompanhados por caças do país da Otan.

Por Igor Gielow (Folhapress)



Angola quer transformar parceria com Brasil em projetos de industrialização

Missão de Angola reforça parceria com o Brasil

O governo de Angola pretende impulsionar a parceria econômica e industrial com o Brasil, apostando na transformação de matérias-primas, no aumento da produção nacional e na criação de cadeias de valor capazes de gerar emprego, reduzir importações e reforçar a capacidade produtiva do país.

A estratégia foi apresentada pelo Secretário de Estado para a Indústria de Angola, durante a Missão de Estudos do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) no Brasil, realizada no âmbito do Memorando de Entendimento entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o BAD.

O Secretário de Estado para a Indústria de Angola, Carlos Manuel de Carvalho Rodrigues, participa na missão de estudos do BAD, que começou na segunda (14) e se estende até sexta (18). A programação angolana inclui encontros com instituições brasileiras ligadas ao desenvolvimento econômico e produtivo, como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Instituto Daniel Franco (IDF), Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Embrapa, Emater-DF, Codevasf e Senai.

Durante a missão, a delegação terá contato com experiências brasileiras nas áreas de agricultura tropical, investigação agropecuária, biotecnologia, energias renováveis, produção alimentar, economia circular, irrigação, recursos hídricos, qualificação profissional e inovação tecnológica.

Perante representantes angolanos, brasileiros e do Banco Africano de Desenvolvimento,

o governante colocou a industrialização e a diversificação econômica no centro da intervenção de Angola, defendendo uma cooperação que passe da partilha de experiências para a concretização de programas e projectos ajustados às necessidades do país.

Para o Secretário de Estado, o desafio de Angola não consiste apenas em produzir mais, mas em transformar a produção nacional em valor acrescentado, através da criação de cadeias de valor, do aumento do conteúdo local, da melhoria da produtividade e da geração de emprego qualificado.

A estratégia passa ainda por uma maior articulação entre agricultura, indústria, serviços e mercados, criando condições para que a produção agrícola possa alimentar uma indústria nacional mais competitiva e capaz de responder às necessidades internas.

A estratégia passa ainda por uma maior articulação entre agricultura, indústria, serviços e mercados, criando condições para que a produção agrícola possa alimentar uma indústria nacional mais competitiva e capaz de responder às necessidades internas.

Neste âmbito, o Brasil surge como parceiro de referência. O Secretário de Estado destacou a experiência brasileira na agricultura tropical, investigação aplicada, assistência técnica e adaptação de tecnologias às condições locais como áreas de particular interesse para Angola.

O país pretende aproveitar essas experiências para transformar o seu potencial agrícola em produção regular e competitiva, orientada não apenas para o abastecimento da população, mas também para o fornecimento de matérias-primas à indústria.



Fanzone levará a emoção do GP São Paulo de F1 para fora das pistas

Fanzone do GP de Interlagos terá João Gomes e Paralamas do Sucesso

O Grande Prêmio de Fórmula 1 de Interlagos abriu, nesta terça-feira (15), a venda de ingressos para a Fanzone, uma área de ativações e entretenimentos que não dá direito a assistir a corrida no autódromo, mas conta com telões e reúne ações especiais do patrocinadores, lojas oficiais e promove entrevistas e brincadeiras com alguns pilotos do grid, além de grandes shows. As atrações confirmadas para este ano são o cantor de piseiro João Gomes e a banda Paralamas do Sucesso. Também há distribuição de brindes. Quem tiver ingressos para os portões G, H, K, N, R e para a Arquibancada Porto Bank já têm acesso garantido à Fanzone. Quem não tiver conseguido os tickets, a área é uma boa oportunidade para viver um pouco do GP de Interlagos. Ainda há poucos ingressos disponíveis no site: <https://www.eventim.com.br/campaign/f1saopaulo>.

Flu leva susto, mas se classifica para semifinais

O Fluminense está nas semifinais da Copa Libertadores da América, após perder para o Platense por 2 a 1. Em campo, o Tricolor deu um susto na torcida, mas contou com a raça do atacante Agustín Canobbio para carimbar a vaga na próxima fase. Na Argentina, o Flu chegou com a vantagem de ter vencido o jogo de ida por 2 a 0. No entanto, o técnico Marcão sabia que o jogo seria difícil, por isso preservou os titulares no Brasileiro para chegar à Liberta com os jogadores descansados.

MARCELO GONÇALVES / FLUMINENSE FC



Canobbio fez o gol que levou o Flu para as semifinais da Libertadores

Na Argentina, Tricolor vai do susto à euforia

Jogando com força máxima, o Fluminense teve um primeiro tempo tenebroso. Nos 20 minutos iniciais, os argentinos colocaram o Tricolor nas cordas e não deixaram a defesa brasileira respirar. A pressão deu certo e, aos 29, abriu o placar com Mainero. Só que o Platense precisava do resultado e seguiu pressionando. Nos acréscimos do primeiro tempo, Sepúlveda fez o 2 a 0 e aterrorizou os tricolores. Porém, na volta do segundo tempo, Canobbio fez a torcida respirar com o gol salvador aos 11 minutos.

Fábio vira super-herói; Freytes é agredido

Outro destaque foi o goleiro Fábio, que fez verdadeiros milagres em ao menos três lances de ataque do Platense. Os argentinos, que fizeram uma partida hercúlea, poderiam ter saído de campo de cabeça em pé, mas optaram pela barbárie. Jogadores e comissão técnica puxaram briga com os atletas do Fluminense, e o zagueiro Freytes levou um soco. A briga se estendeu para as arquibancadas, após argentinos invadirem o setor visitante.

Possíveis adversários

Com a derrota por 2 a 1, o Fluminense avança para as semifinais da Copa Libertadores da América. O adversário ainda não foi definido, mas independentemente do resultado, será um velho conhecido: Palmeiras ou LDU. O Alviverde venceu o jogo de ida por 1 a 0 e vai ao Equador nesta quarta (16) para disputar a partida de volta contra a LDU.

Onde vai jogar?

Com a classificação na Copa Sul-Americana, o Vasco enfrentará Boca Juniors ou São Paulo nas semifinais. Porém, não poderá mandar o jogo em São Januário. Isso porque o estádio do Cruzmaltino não tem a capacidade mínima definida pela CONMEBOL para fases de semifinais e final. Num cenário ideal, o jogo seria disputado no Maracanã.

Rixa entre diretorias

No entanto, devido à “guerra” declarada entre a diretoria do Vasco e o presidente do Flamengo, Bap, que lidera a gestão do consórcio do antigo “Maior do Mundo”, parece muito difícil que o Cruzmaltino consiga exercer seu direito previsto em contrato de mandar o jogo no Maracanã. Neste cenário, o estádio Nilton Santos pode entrar como alternativa.

Caso encerrado

O Flamengo concluiu uma cobrança judicial, movida contra o atacante Paolo Guerrero, que se arrastava há oito anos. O Rubro-Negro cobrava R\$ 2 milhões por danos morais referentes ao período que o peruano ficou afastado por um caso de doping, ainda em 2018. O clube e o jogador entraram em acordo por valores não divulgados, e encerraram o caso.

Max contra 100

O tão aguardado dia pelos fãs de Fórmula 1 chegou. Nesta quarta-feira (16), o piloto Max Verstappen, da Red Bull Racing, vai enfrentar um desafio inédito promovido por sua patrocinadora principal: ele vai largar atrás de 100 pilotos de kart e terá 30 voltas para tentar ultrapassar todos e vencer. Cada participante ultrapassado será eliminado da disputa.

Transmissão no Brasil

O desafio da Red Bull será realizado no circuito de Silverstone, e terá transmissão para o Brasil por meio do canal por assinatura ESPN e do streaming Disney+. As transmissões ao vivo terão início às 13h, com a largada acontecendo às 14h (horário de Brasília). O evento promete atrair muito entretenimento e quer mostrar ainda mais do talento do tetracampeão mundial.



David marcou o segundo gol, que classificou o Vasco para as semifinais

Vasco volta à semifinal da Copa Sul-Americana após 15 anos

Em São Januário, Cruzmaltino bateu o Independiente Santa Fe por 2 a 0

Por **Pedro Sobreiro**

Depois de 15 anos, o Vasco da Gama está de volta a uma semifinal de Copa Sul-Americana. Nesta terça-feira (15), o Cruzmaltino recebeu o Independiente Santa Fe, da Colômbia, em São Januário, para o jogo de volta das quartas de final da competição continental. Como conseguiu segurar o empate por 0 a 0 no jogo de ida, disputado na altitude, a missão vascaína era relativamente simples para se classificar: vencer diante de sua torcida.

Em um estádio abarrotado de torcedores das duas equipes, já que os colombianos esgotaram o setor visitante, o Vasco fez bonito e bateu o adversário por 2 a 0, com gols de Bruno Duarte e David, o DVD, um em cada tempo de jogo.

Mas quem vê o resultado final talvez não imagine que o Vasco correu risco no primeiro tempo. Logo nos minutos iniciais, o zagueiro Saldivia se enrolou e quase que o Santa Fe abriu o placar. Porém, esse susto no início foi o mais próximo que os colombianos chegaram do gol vascaíno. Em seguida, o próprio Saldivia se redimiu, cruzando para o gol de Bruno Duarte.

No segundo tempo, com a vantagem no placar, Pedro trocou o trio de ataque e en-

trou com DVD, Andrés Gómez e Nuno Moreira. Com mais mobilidade, o time ficou mais ofensivo. Aos 19, Pumita arrancou pela direita e cruzou na cabeça de David, que não perdoou e fechou o placar em 2 a 0, levando o Vasco a sua primeira semifinal de Sul-Americana desde 2011.

GENERALÍSSIMO

O time de Pedro Emanuel, composto praticamente por jogadores reservas - com exceção de Leo Jardim, Adson e Robert Renan - levou um susto ainda no aquecimento. O volante Barros, que vive fase complicada na temporada, sentiu uma lesão e teve de ser preservado. Em seu lugar, o treinador português jogou no seguro e entrou com o volante Sosa.

O ‘Generalíssimo’ Cruzmaltino fez toda a diferença e ajudou a organizar o sistema defensivo. E essa vem se mostrando sua maior qualidade. Além de ter um vigor físico assustador, que o permite disputar bolas até os 90 minutos sem cansaço, o meio-campista argentino tem liderança e posicionamento invejáveis. É praticamente um treinador dentro do campo.

Com isso, o Vasco agora volta suas atenções para o Campeonato Brasileiro, em que enfrentará o Coritiba, no sábado (19), sonhando em sair do Z4.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

O STF no banco dos réus

Hoje é dia do Supremo Tribunal Federal sentar-se no banco dos réus. Mais do que julgar o comportamento pessoal do ministro Alexandre de Moraes, hoje, e André Mendonça, no dia 23, o Plenário do STF estará sendo submetido a um julgamento político.

Não que não existam indícios fortes de que tanto Moraes quanto Mendonça tenham cometido irregularidades em mereçam ser punidos por elas. A questão não é esta. Pelas pressões que estamos assistindo hoje, fica evidente que tanto um quanto o outro, mas espe-

cialmente Moraes, são alvos políticos por sentenças que proferiram atingindo chamadas lideranças políticas.

É tão evidente isto que se ouve no horário de propaganda eleitoral promessas raivosas de candidatos garantindo que vai acabar com os superpoderes do STF, poderes que não foram notados antes, só depois que puniu conspiradores. Em princípio é bom lembrar que o Supremo não tem superpoderes. É apenas a instância máxima que precisa julgar, como as demais, de acordo com a lei.

O que os resultados destes dois julgamentos — Moraes acusado de com seus atos beneficiar Lula e Mendonça de beneficiar os Bolsonaros — influenciarão as eleições não é possível medir. Mas deixam claro que

não podemos continuar convivendo com os problemas atuais. E nos deixam- nós eleitores- na obrigação de sermos mais seletivos em nossas escolhas nas ruas.

Nós vamos precisar de reformas para aperfeiçoarmos nossas instituições, e eu não ousou propô-las, o que será feito pelo Poder Legislativo. Daí a necessidade de escolhermos bem em quem vamos votar. Escolher gente preparada, com passado limpo, não simplesmente valentões que prometem tudo fazer, demonstrando que não conhecem nem mesmo os limites de sua atuação.

Você eleitor precisa conscientizar-se que as mudanças que precisamos em todas as áreas — econômica, política, penal, saúde, educação etc — começam com o seu voto.

JACQUELINE VALADARES E BÁRBARA MARQUES FERREIRA

*Jacqueline Valadares presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo; Bárbara Marques Ferreira é policial civil do Estado de São Paulo

Discord: suspensão não impede migração dos crimes digitais contra crianças e jovens

A suspensão de recursos de compartilhamento de tela, chamadas por vídeo e transmissões ao vivo (Go Live) pelo Discord, aplicativo de conversas por texto, voz e vídeo, determinada pela Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), em todo o Brasil, está dividindo opiniões nas redes. E não é para menos. A medida, importante lembrar, ocorreu após falhas na proteção de crianças e de adolescentes e casos graves de violência extrema e de incitação ao suicídio na plataforma.

Entre os casos recentes e de repercussão nacional está o de uma menina, de 13 anos, de Naviraí, município de Mato Grosso do Sul, que teria sido incentivada por outros usuários do Discord a tirar a própria vida, durante uma live.

De um lado, há quem comemore a ação da ANPD, como se o problema estivesse, de todo, resolvido. De outro, há aqueles que afirmam, categoricamente, que a medida pode ser encarada como censura. A questão, no entanto, é

complexa e vai além da dicotomia superficial que se alastra nas redes sociais.

Quem investiga crimes digitais sabe: fechar uma porta numa casa cheia de janelas abertas não impede ninguém de entrar - só muda o caminho. E isso não é novidade. Grupos que produzem ou compartilham conteúdo de zoosadismo (parafilia em que o indivíduo sente excitação ou satisfação ao infligir dor a animais) têm histórico de migrar de plataforma quando um espaço se finda.

No entanto, a migração deve ser lida como mais um movimento cíclico característico deste tipo de crime. Se, por um lado, há mudança de plataforma, por outro lado, o comportamento permanece o mesmo e deixa rastro nas redes. Ninguém para de cometer o delito, só muda de endereço.

Após a medida tomada pela ANPD, a Proton, empresa suíça especializada em serviços de Internet Segura e com Sigilo, divulgou balanço sinalizando aumento de 800% em cadastros de brasileiros em seus serviços de Virtual Private Network (VPN). A sigla, que em português significa “rede privada virtual”, é uma ferramenta tecnológica que “disfarça” o endereço do usuário na web. É comum inferir que somente criminosos usam VPN. Grave engano. O recurso é amplamente utilizado por milhões de pessoas que almejam “proteção da privacidade”.

Tal movimentação demonstra que, parte do público que estava concentrado num só lugar, agora está espalhado pelas redes, por trás de camadas que indiscutivelmente dificultam a identificação.

O verdadeiro desafio da investigação não é descobrir

para onde os jovens foram, mas correr atrás de uma adaptação que acontece em questão de horas, enquanto a resposta institucional — colaboração da plataforma, identificação do IP (de Internet Protocol, em inglês, ou Protocolo de Internet) — leva mais tempo do que o necessário para salvar uma vida ou impedir o cometimento de um crime. Lembrando que não são poucos os casos de usuários que planejam o assassinato dos próprios pais ou ataques a escolas por meio das redes.

Por trás de cada obstáculo técnico na obtenção de informações, há uma criança, um adolescente ou um animal doméstico vítima de graves violações à espera da intervenção dos agentes públicos. No entanto, a Polícia e a Justiça, frequentemente, se vêem imersos em burocracias impostas pelas Big Techs, o que dificulta a prestação de assistência rápida e adequada.

A proteção da população infantojuvenil, no âmbito repressivo, demanda a produção e a preservação qualificada de provas digitais, essenciais para a desarticulação das organizações criminosas e a responsabilização de seus integrantes.

De forma ainda mais ampla, a prevenção da vitimização do público infantil e dos jovens contra crimes digitais requer abordagem multidimensional, que envolve a articulação de programas de prevenção e conscientização, além da atuação coordenada de diversas instituições de proteção. Isso inclui, portanto, as plataformas digitais, o Estado, as famílias e a sociedade civil. Sem isso, o submundo da Internet continuará à espreita de suas vítimas.

WAGNER BALERA

Professor Emérito pela PUC/SP; Livre-docente em Direito Previdenciário (PUC/SP). Integrou os quadros da Advocacia Geral da União como Procurador Federal (1976 a 1997).

A saúde dos iguais e a saúde dos privilegiados

Há números que informam. Outros constroem. Os dados divulgados acerca das despesas com assistência à saúde de senadores e ex-senadores pertencem, seguramente, à segunda categoria. O próprio Portal da Transparência do Senado registra que, no exercício financeiro de 2025, as despesas pagas com assistência à saúde em benefício de senadores, ex-senadores e respectivos grupos familiares alcançaram R\$ 40.476.846,63.*

A questão não deve ser tratada como simples curiosidade orçamentária. Estamos diante de tema que toca diretamente alguns dos fundamentos da ordem constitucional brasileira.

A Constituição proclama, no art. 5º, que todos são iguais perante a lei. E, quando cuida especificamente da saúde, é ainda mais explícita: o art. 196 a define como direito de todos e dever do Estado, a ser assegurado mediante acesso universal e igualitário.

É evidente que o princípio da isonomia não exige que o Estado gaste exatamente a mesma quantia com cada pessoa. Necessidades diferentes justificam tratamentos diferentes. Mas toda diferenciação reclama fundamento juridicamente razoável.

Eis, então, a pergunta inevitável: qual circunstância constitucionalmente relevante justifica que o exercício, presente ou passado, de mandato parlamentar assegure

proteção à saúde excepcionalmente favorecida, custeada em parcela relevante pelos mesmos cidadãos que financiam o Estado e, em grande medida, dependem dos serviços públicos de saúde?

Não encontro resposta satisfatória. A República não admite castas. O mandato parlamentar constitui função pública temporária. Não é título nobiliárquico nem confere ao seu titular uma cidadania de categoria superior. Muito menos parece razoável que determinadas vantagens possam projetar-se para além do próprio exercício do mandato.

O contraste com o Sistema Único de Saúde (SUS) torna a questão ainda mais perturbadora. Mas aqui é preciso rigor. Tem circulado a informação de que o SUS disporia de apenas R\$ 116 mensais por brasileiro. Essa comparação não é adequada para representar o gasto público total com saúde, pois o SUS é financiado pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios. Não precisamos, portanto, de uma estatística discutível para reconhecer o problema.

Ele é suficientemente grave em seus próprios termos. Em um país em que faltam médicos, medicamentos, exames e leitos em tantas localidades, qualquer regime excepcional de assistência médica financiado com recursos públicos deve submeter-se ao mais rigoroso escrutínio à luz da igualdade, da moralidade, da impessoalidade e da razoabilidade.

Não se cogita, naturalmente, de negar assistência médica aos parlamentares. A questão é outra: por que deve a sociedade financiar um padrão privilegiado de proteção justamente para aqueles que exercem o poder em seu nome?

A legalidade formal de determinado benefício não encerra essa discussão. No Estado Constitucional, também a lei e os atos internos dos Poderes submetem-se aos princí-

pios e valores superiores da Constituição.

A desigualdade brasileira já é suficientemente grave. O que não se pode admitir é que o próprio Estado acrescente a ela desigualdades institucionais financiadas pelo contribuinte.

O problema é também simbólico. O cidadão não pode receber dos Poderes da República a mensagem de que, quando se trata de saúde, algumas vidas merecem proteção pública extraordinária simplesmente em razão da posição ocupada.

É preciso rever esse sistema. Não como gesto de hostilidade ao Parlamento, instituição essencial à democracia, mas precisamente em defesa de sua dignidade. O Poder Legislativo será tanto mais respeitado quanto menos privilégios reservar àqueles que transitoriamente o integram.

Essa revisão não significa retirar direitos legítimos de quem exerceu uma função pública, mas submeter benefícios custeados pelo Estado ao mesmo princípio que deve reger toda a administração pública: a existência de uma justificativa objetiva, impessoal e constitucionalmente legítima para a diferença de tratamento. É justamente quando o Estado estabelece regras para si próprio que a igualdade deixa de ser apenas uma promessa constitucional e passa a ser uma exigência concreta de legitimidade.

A República não comporta cidadãos de primeira e de segunda categorias. E a saúde, porque é direito de todos, não pode converter-se em privilégio de alguns.

*Fonte dos dados sobre as despesas do Senado: Portal da Transparência do Senado Federal, relatório consolidado de despesas com assistência à saúde de senadores e ex-senadores, exercício de 2025.

Por Sônia Paes

Nova reviravolta no cronograma da implantação do trem-bala que ligará as duas principais capitais do país: Rio e São Paulo. A mais nova previsão da TAV Brasil é de que a conclusão do projeto básico e a entrega do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) ocorram somente em 2027. A informação foi dada esta semana durante a 32ª Semana de Tecnologia Metroferroviária. Ou seja: o tão sonhado trem de alta velocidade no Brasil ainda está na fase de desenvolvimento dos projetos, estruturação financeira e licenciamento ambiental, como divulgou o MetrôCPTM, que teve acesso à papelada envolvendo todo o processo.

A busca por investidores também passa por mudanças. De acordo com a TAV Brasil, ainda em novembro deste ano será iniciado um “diálogo com mercado para financiamento do segundo ciclo de projeto e licenciamento”. No entanto, essa etapa, prevista para 2026, não tem ligação com os recursos da ordem de cerca de R\$ 60 bilhões necessários para construir a ferrovia. Com relação a esse montante, não foram divulgadas novas informações.

Em julho deste ano, o presidente da TAV Brasil, Bernardo Figueiredo, afirmou ter como aliado um investidor europeu. A China é outra que estaria disposta a aplicar valores vultuosos no tão sonhado projeto. O possível aliado da TAV Brasil precisará executar as obras, fornecer os equipamentos ferroviários, operar o sistema e desenvolver os empreendimentos imobiliários associados às estações. O site do MetroCPTM informa que, durante o evento, realizado em São Paulo, foi confirmado o interesse de um consórcio europeu no projeto, sem, entretanto, citar o nome.

O VAI E VEM DAS DATAS

A autorização para colocar o trem-bala nos trilhos foi dada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 2023. Desde então, houve sucessivas previsões para as obras serem realmente efetivadas. Uma delas era início das obras em 2028. O plano original apostava em 2027. Já operação comercial passou a ser estimada para 2032. Novo revés no cronograma foi anunciado: início das obras em 2029 e a operação comercial em 2033.

MAIS ALTERAÇÕES

As estações foram reduzidas para quatro, contra



Trem-bala volta a ter cronograma alterado e data de operação comercial passa para 2033

Trem-bala Rio-São Paulo ganha novo freio no cronograma

TAV Brasil joga para 2027 a conclusão do projeto básico e do EIA-RIMA; Volta Redonda-RJ e São José dos Campos terão estações



Trem-bala tem previsão de iniciar as obras em 2028 e terá paradas em Volta Redonda-RJ e São José dos Campos

as oito que constavam no plano inicial. Sem contar com as da capitais Rio e São Paulo, elas ficarão em Volta Redonda-RJ e São José dos Campos-SP. O ponto de chegada na capital carioca deve ser a estação Barão de Mauá (Leopoldina). Em São Paulo, ainda está sendo discutido o local. Essas alterações foram informadas por Bernardo Figueiredo, durante o Seminário LIDE Transportes e Mobilidade, realizado em São Paulo, no início de dezembro de 2025.

‘CIDADE DO AÇO’

Em Volta Redonda-RJ, a parada do projeto de trem-bala ficará no bairro Roma. Representantes da TAV Brasil, inclusive, já visitaram o município e se reuniram com o prefeito Antonio Francisco Neto. Na ocasião, Figueiredo ressaltou que “o município de Volta Redonda foi escolhido para contar com uma estação do trem de alta velocidade porque, juntamente com Barra Mansa, Volta Redonda é um grande polo de geração de viagens, contando com uma localização privilegiada entre o Rio e São Paulo”.

TEMPO DE VIAGEM REDUZIDO

A rota atual em uma viagem de carro, por exemplo, entre as duas principais capitais do país leva cerca de 07h30. Com o tão sonhado trem, que poderá atingir a velocidade de 350km/h, o tempo seria reduzido em 01h30. Os entusiastas do projeto ressaltam ainda que o trem-bala permitirá uma desconcentração urbana, uma vez que as pessoas poderão morar fora das grandes cidades com muito mais conforto.